

**EVA SAMARA DA CRUZ LEAL**

**BOLSA FAMÍLIA, UMA DÉCADA DE SERVIÇOS:  
ANÁLISE DOS IMPACTOS CAUSADOS PELO  
BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL NA  
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-C E**

**Orientadora: Profa. Doutora Maria Manuel Calvet Ricardo**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2018**

**EVA SAMARA DA CRUZ LEAL**

**BOLSA FAMÍLIA, UMA DÉCADA DE SERVIÇOS:  
ANÁLISE DOS IMPACTOS CAUSADOS PELO  
BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL NA  
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-C E**

Dissertação defendida em provas públicas  
Para obtenção do Grau de Mestre em Ciência  
da Educação com o Despacho Reitoral N.º  
47/2018 conferido pela Universidade Lusófona  
de Humanidades e Tecnologias com a seguinte  
composição de Júri:

Presidente: Prof. Doutor Óscar Conceição  
Sousa

Arguente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Hélia Bracons

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Manuel  
Calvet Ricardo

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**  
**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**  
**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2018**

Eva Samara da Cruz Leal - Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

Paulo Freire (1996)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

Dedico este trabalho a Deus, por nortear a minha vida. À minha mãe, pelo amor e carinho, e aos meus amigos e mestres que contribuíram de alguma forma para a sua realização.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Doutora Maria Manuel Calvet Ricardo pela atenção e aconselhamentos.

Agradeço a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando, acreditando no meu potencial, dando todo apoio necessário para realização desse estudo, sem ela nada disso teria sido concretizado.

Aos colegas do trabalho pela compreensão e convivência.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral buscar conhecer o índice de aprovação escolar no município de Sobral-CE, Brasil, como também conhecer a percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto à sua importância e influência na educação das crianças. Esta dissertação foi fruto da observação participante desta autora no espaço de trabalho, com a execução do Programa Bolsa Família, com contato direto com as famílias beneficiárias do programa. O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados na metodologia a técnica da entrevista, questionário, visita institucional e observação. Dando continuidade, far-se-á uma breve contextualização do panorama da educação e o da formação do sistema social no Brasil, sobre a unificação dos programas sociais e criação do programa Bolsa Família, que aqui ganha destaque por ser um dos mais importantes programas de transferência direta de renda do Brasil, que tem como foco a erradicação da pobreza. Por fim, será feita a apresentação e análise dos dados coletados durante o período da pesquisa. Diante dos dados obtido na pesquisa, observou-se que impactos não foram tão relevantes no município com relação as amostra dos índices nacionais.

**Palavras chave:** Educação. Bolsa Família. Serviço Social.

## ABSTRACT

The present dissertation has as general objective to know the school approval index in Sobral-CE, Brazil, as well as to know the perception of the beneficiary families of the *Bolsa Família* Program and its importance and influence in the education of children. This dissertation is the result of the participant's observation in the work space, with the implementation of the *Bolsa Família* Program, in direct contact with the beneficiary families of the program. The dissertation was carried out through field research, bibliographical and documentary research. The methodology used was the interview technique, questionnaire, institutional visit and observation.

The panorama of education and the formation of the social system in Brazil, on the unification of social programs and the creation of the *Bolsa Família* program, which stands out here as one of the most important programs of direct transfer of income in Brazil, focusing on eradicating poverty, will be briefly contextualized. Finally, the data collected during the survey period will be presented and analyzed. Considering the data obtained in the research, it was observed that impacts were not so relevant in the municipality in relation to the sample of the national indices

**Keywords:** Education. Bolsa Família. Social Work

## LISTA DE SIGLAS

<b>ASCOM</b>	Acessória de comunicação
<b>BPC</b>	Benefício de prestação continuada
<b>BSP</b>	Benefício de superação da pobreza
<b>BVG</b>	Benefício Variável Gestante
<b>BVN</b>	Benefício Variável Nutriz
<b>CADUNICO</b>	Cadastro Único
<b>CECAD</b>	Consulta extração seleção de informações do CADÚNICO
<b>CLT</b>	Consolidação das leis de trabalho
<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente.
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional da Assistência Social
<b>CNEAS</b>	Conselho Estadual da Assistência Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
<b>FGTS</b>	Fundo de garantia por tempo de serviço
<b>FNAS</b>	Fundo Nacional da Assistência Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IGD</b>	Índice de gestão descentralizada
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>LA</b>	Liberdade assistida
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>MEC</b>	Ministério da educação
<b>MSE</b>	Medida sócio educativa
<b>MTE</b>	Ministério do trabalho e emprego
<b>NOB</b>	Norma Operacional Básica
<b>PAEFI</b>	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
<b>PAIF</b>	Programa de atenção integral a família
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida

Eva Samara da Cruz Leal - Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

<b>PNAA</b>	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PSC</b>	Prestação de serviços à comunidade
<b>SAS</b>	Serviço de abordagem social
<b>SCFV</b>	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
<b>SEDS</b>	Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza
<b>SEDUC</b>	Secretaria de educação
<b>SENAES</b>	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
<b>SUAS</b>	Sistema Único da Assistência Social

## ÍNDICE GERAL

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – Breve panorama da educação no Brasil.....</b>	<b>19</b>
1.1 A educação no Brasil.....	20
1.2 A política de educação do município de Sobral-CE.....	24
1.3 A tríade das políticas públicas e o serviço social.....	27
1.4 Formação do sistema social no Brasil: breve contextualização.....	29
1.4.1 A política social no Brasil.....	30
1.4.2 Constituição Federal de 1988.....	32
1.4.3 Lei Orgânica da Assistência Social.....	33
1.4.4 Política Nacional da Assistência Social e a Norma Operacional Básica.....	33
1.4.5 Sistema Único da Assistência Social – SUAS.....	34
1.4.6 Unificação dos Programas.....	35
1.5 As condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	37
1.6 Processo de pagamento do benefício Bolsa Família.....	40
1.7 Construção da rede integrada do SUAS no município de Sobral-CE.....	41
<b>CAPÍTULO II – Pergunta de partida, objetivos e procedimentos metodológicos.....</b>	<b>47</b>
2.1 Pergunta de partida.....	48
2.2 Objetivos.....	48
2.2.1 Objetivo Geral.....	48
2.2.2 Objetivos Específicos.....	48
2.3 Procedimentos metodológicos .....	48
2.3.1 Tipo de pesquisa.....	48
2.3.2 Universo.....	50
2.3.3 Sujeitos .....	51
2.3.4 Instrumentos.....	51
2.3.5 Procedimentos.....	51
<b>CAPÍTULO III - Apresentação, análise e tratamento dos resultados da pesquisa.....</b>	<b>53</b>
3.1 Características gerais do município de Sobral-CE .....	54
3.2 Apresentação dos dados da pesquisa .....	54
3.2.1 Caracterização da população beneficiária.....	58

3.3 Pesquisa de Campo.....	59
<b>Conclusão .....</b>	<b>90</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>93</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>96</b>
Anexo I.....	97
Anexo II.....	103
Anexo III.....	104

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Amostra do ciclo de ensino.....	23
--	----

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Famílias cadastradas e beneficiárias.....	55
<b>Quadro 2.</b> Famílias inscritas no cadastro único em dezembro de 2015.....	55
<b>Quadro 3.</b> Famílias cadastradas dezembro 2015.....	56
<b>Quadro 4.</b> Acompanhamento das condicionalidades educação 2015.....	56
<b>Quadro 5.</b> Acompanhamento das condicionalidades saúde 2015.....	57
<b>Quadro 6.</b> Acompanhamento das repercussões e recursos.....	57
<b>Quadro 7.</b> Acompanhamento das regras de permanência.....	58

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Distribuição etária dos beneficiários do Programa Bolsa Família.....	60
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição por sexo dos beneficiários do Programa Bolsa Família.....	60
<b>Gráfico 3.</b> Distribuição administração dos gastos.....	61
<b>Gráfico 4.</b> Distribuição quanto a tipologia do trabalho.....	62
<b>Gráfico 5.</b> Quanto aos tipos de ocupação.....	62
<b>Gráfico 6.</b> Distribuição por estado civil dos beneficiários do Programa Bolsa Família.....	63
<b>Gráfico 7.</b> Distribuição de renda.....	63
<b>Gráfico 8.</b> Período de recebimento do benefício.....	64
<b>Gráfico 9.</b> Valor do benefício recebido.....	65
<b>Gráfico 10.</b> Local de moradia.....	65
<b>Gráfico 11.</b> Distribuição por tipo de moradia dos beneficiários do Programa Bolsa Família.....	66
<b>Gráfico 12.</b> Quantidade de moradores por domicílio.....	67
<b>Gráfico 13.</b> Quantidade de moradores por domicílio em idade escolar.....	67
<b>Gráfico 14.</b> Da escolaridade.....	68
<b>Gráfico 15.</b> Das crianças que integram o grupo familiar, quantas estavam fora da escola antes do recebimento do benefício.....	68
<b>Gráfico 16.</b> Avaliação realizada pela responsável familiar em relação a situação financeira após o recebimento do benefício.....	69
<b>Gráfico 17.</b> Avaliação da família quanto a necessidade de auxílio financeiro mesmo após o recebimento do benefício .....	70
<b>Gráfico 18.</b> Valores gastos com alimentação.....	70
<b>Gráfico 19.</b> Frequência de alimentação da família ao dia.....	71
<b>Gráfico 20.</b> Valor gasto com educação.....	72
<b>Gráfico 21.</b> Valor gasto com saúde.....	72
<b>Gráfico 22.</b> Valor com aquisição de bens móveis, eletrodoméstico.....	73
<b>Gráfico 23.</b> Valor com aquisição vestuário.....	73
<b>Gráfico 24.</b> Lazer.....	74
<b>Gráfico 25.</b> Resumo dos gastos.....	75
<b>Gráfico 26.</b> Motivo do bloqueio do cartão.....	76
<b>Gráfico 27.</b> Em caso de descumprimento das condicionalidades da educação.....	76
<b>Gráfico 28.</b> Do desinteresse do aluno.....	77

<b>Gráfico 29.</b> Motivo por que a família encaminha o filho para escola.....	78
<b>Gráfico 30.</b> Percepção da família quanto ao rendimento da criança/adolescente após o recebimento do benefício.....	78
<b>Gráfico 31.</b> Quanto ao acompanhamento.....	79
<b>Gráfico 32</b> Quanto ao acompanhamento da família.....	80
<b>Gráfico 33.</b> Como a família avalia a qualidade do ensino da escola no município na qual seu filho estuda.....	81
<b>Gráfico 34.</b> Como a família avalia a escola no município na qual seu filho está matriculado.....	81
<b>Gráfico 35.</b> Avaliação da turma A - relação de alunos bolsistas e não bolsistas .....	82
<b>Gráfico 36.</b> Avaliação da turma B - relação de alunos e não bolsistas .....	83

## INTRODUÇÃO

“O Brasil é um bom exemplo. É um modelo que pode ser replicado. A iniciativa da Bolsa Escola é muito interessante, tira as crianças do trabalho e coloca elas na escola. Há muitos esforços que precisam ser integrados: educação, luta contra o trabalho infantil, saúde, tudo pode ser convertido em um único esforço. Como o Bolsa Família, que pode ser utilizado em outros países.” (Kailash Satyarthi, 2014)

O presente estudo é produto de uma pesquisa que tem como tema o Bolsa Família, uma década de Serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício assistencial na educação do município de Sobral-CE, Brasil. Esta é uma temática embasada nas questões sociais, que ocupam um patamar em evidência em todo Brasil. Dentre as questões sociais, aqui se destaca a educação no Brasil como a mais importante, pois implica diretamente na formação do indivíduo, e futuro cidadão.

Essas questões sociais não são de agora, são herança de séculos passados, intensificadas com o capitalismo industrial, processo de posse do mercado e da burguesia, como vistos desde os primeiros períodos estudados na graduação do Serviço Social.

As relações desumanas do capitalismo estão estreitamente ligadas à questão social da privação X abundância. Tal grau de concentração e desigualdade revela uma situação de progressiva desumanização das relações sociais, em que se torna preferível jogar comida fora a alimentar a empregada. (Filho & Guzzo, 2009, p. 41)

O autor se refere à distribuição de renda, sendo que a realidade do Brasil continua revelando que não houve grandes avanços, grande parte do capital ou sua maioria continua na posse dos grandes empresários, existindo ainda uma grande parcela da população em situação de subemprego ou seja, emprego não qualificada, de remuneração muito baixa, ou emprego informal. De acordo com os seguintes conceitos:

**“Emprego:** é a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica. É determinada por uma relação de vínculo empregatício, contrato de trabalho e ainda contrato de emprego, entre um empregador e um empregado, que estabelece a prestação continuada, numa carga horária definida, de um serviço, mediante salário. Tem como principal característica a subordinação, segundo a qual o empregado está sujeito às ordens do empregador, nos limites previstos no contrato e na lei. No Brasil, o contrato de trabalho é regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**Desemprego:** é a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das “idades ativas” (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalhos em qualquer tipo de atividade econômica.

**Subemprego:** é uma situação econômica que se encaixa entre o emprego e o desemprego. Ocorre normalmente quando a pessoa não tem recursos ou condições para se manter parada enquanto procura emprego e vai para uma atividade da economia informal (por exemplo, a de camelô na cidade ou no campo, boia fria) em função da necessidade de sobrevivência, ou atividades degradantes com condições inadequadas de trabalho e baixíssima remuneração (que não garante o mínimo para sobrevivência do indivíduo). Esta situação,

“que deveria ser temporária, vira definitiva quando o trabalhador não consegue mais voltar à economia formal (com o recebimento de um salário e carteira assinada) e transforma o subemprego em modo de vida. Os trabalhadores em situação de subemprego não podem pagar a Previdência Social, nem possuem direitos trabalhistas.” (Caderno Temático Trabalho – 1ª Conferência Nacional de Juventude – 2008)

### Segundo a revista *Info Jovem*:

“Entre os jovens esse problema consegue ganhar dimensões ainda maiores. Um em cada cinco jovens, com idade entre 15 e 24 anos, está desempregado. Essa taxa corresponde a 40% do total de desempregados. No Brasil este número é de cerca de 3,5 milhões de jovens\*. Com raras exceções, a taxa de desemprego entre jovens é sempre maior que a taxa de adultos desempregados.”<sup>1</sup>

Em razão disso, o governo brasileiro vem trabalhando a criação de políticas públicas ou seja, um conjunto de programas, ações e atividades por si desenvolvidas, que visam assegurar determinado direito de cidadania, com o objetivo de amenizar de forma imediata as desigualdades sociais como por exemplo: Programa Bolsa Família, Pronatec, Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV, Programa Universidade para Todos-PROUNI entre outros.

O Bolsa Família criado em 2004 pelo governo federal, através da Lei Federal n.º 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 5.209/2004, é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Hoje se tornou o maior programa de transferência de renda do mundo (MDS.2016).

Ao se analisar seus indicadores, de acordo com dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, o Programa Bolsa Família nos seus 10 anos de existência, tem contribuído para o constante crescimento da taxa de aprovação das crianças em idade escolar inclusas no programa.

“Outro dado importante já observado pelo governo ocorre no ensino médio. A taxa de aprovação dos beneficiados pelo Bolsa Família é de 79,9%, enquanto a média nacional é de 75,2%. Já a taxa de abandono da sala de aula é de 7,1% pelos jovens estudantes beneficiários do programa, contra 10,8% da média nacional. De acordo com dados do Ministério da Educação, a taxa de aprovação dos “filhos do Bolsa Família” vem crescendo de maneira constante. Passou de 80,5%, em 2008, para 83,9%, em 2011. Já a taxa de abandono em 2011 foi de 2,9%, enquanto a média nacional foi de 3,2%. MDS 2013.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> <<http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/trabalho/>>

<sup>2</sup> <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/mode/124>.

Esse fato tem colocado em pauta discussões acerca deste tema. Nessa perspectiva, procurou-se aprofundar meus estudos junto às famílias de baixa renda pertencentes ao programa Bolsa Família.

O interesse por esta temática se deu devido à minha inserção no trabalho técnico social no município de Sobral-CE, como assistente Social da Gestão de Benefícios, buscou saber mais sobre a vivência das famílias beneficiárias.

A pesquisa tem como objetivo geral, buscar conhecer o índice de aprovação escolar dos alunos bolsistas no município de Sobral. Como objetivos específicos: identificar as famílias beneficiárias participantes do programa, conhecer a percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto à sua importância e influência na educação das crianças.

A de grande importância, porque vai gerar conhecimento que contribuirá para o desenvolvimento de novas estratégias de trabalho, pois o cuidado com a formação educacional das crianças, exige não só atividades regulares como também profissionais e familiares. Com isso a forma de pensar das famílias e dos alunos aqui deve ser levada em consideração para que as famílias sintam-se confortáveis para se expressarem. Contudo a pesquisa segue rica de informações importantes para se formem opiniões diversas sobre o tema e debates.

Em comemoração aos 10 anos do Programa, foi publicado o texto “Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania” (MDS 2013), que impulsiona o interesse de desenvolver uma pesquisa mais profunda voltada para a realidade do município.

Para a construção deste estudo pretende-se contar com a colaboração dos funcionários da Casa da Avaliação, que é a instituição responsável pela gerência dos dados da Secretaria Municipal da Educação do município de Sobral-CE, que irão contribuir com informações da base de dados da educação. Como sujeitos da pesquisa inquiriram-se os alunos dos 5º e 6º anos da escola do ensino fundamental do município A e seus pais, que complementarão com informações extra – cadastro único referentes ao seu cotidiano e expectativas futuras. No entanto, se faz necessário apresentar a forma em que a pesquisa está estruturada.

O primeiro capítulo, da fundamentação teórica, momento em que se faz um resgate histórico, através da pesquisa bibliográfica, que discorre sobre os aspectos históricos, a questão social, formação do sistema social no Brasil, a política de assistência social, estratégias de inclusão, unificação dos programas expondo-se as diversas visões sobre o tema,

achados de pesquisas semelhantes, ou seja, é a articulação da mesma temática sob a ótica de autores tais como, Marilda Yamamoto (1999), que irão fundamentar teoricamente o estudo. Segue contextualizando teoricamente a política de proteção social, a teoria dá o embasamento necessário para a fundamentação da pesquisa. Neste capítulo é apresentado o processo de implantação da política social, através dos documentos, Legislações, que normatizam e regulamentam esta política, livros e artigos, reportagens.

O segundo capítulo aborda o processo metodológico da pesquisa, diz respeito ao processo de construção empírica deste estudo, os passos seguidos para atingir os objetivos propostos. Para este estudo optou-se por utilizar o método da pesquisa quantitativa, nos permite quantificar ou seja traduzir as opiniões em números. Nesse momento tem-se como campo de pesquisa a Casa do Cidadão, por ser o local onde as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família buscam o atendimento do programa. As pessoas que participaram da pesquisa colaborando com o conhecimento empírico, experiências e suas vivências.

A pesquisa tem início com a aplicação de 50 questionários a pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família, que tenham crianças em idade escolar entre 10 a 12 anos, da Escola A. A primeira etapa da pesquisa foi realizada na Casa da Avaliação, que é a instituição responsável pela gerência de dados da Secretaria de Educação do Município de Sobral, que contribuiu com informações sobre rendimento escolar das crianças de 10 a 12 anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família, da escola A, dados com os quais nos permitiu fazer uma análise quantitativa dos dados obtidos. A segunda etapa foi realizada na Casa do Cidadão de Sobral-CE, onde foram recebidas as famílias participantes da pesquisa e aplicado o questionário. O questionário irá nos fornecer informações que nos permitirá fazer uma abordagem análise quantitativa das respostas dos participantes.

O terceiro capítulo será a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos.

Dessa forma este estudo tem a intenção de promover o debate, criar discussão, no intuito de contribuir positivamente para um melhor esclarecimento deste assunto a respeito dos resultados promovidos pelo programa utilizado nos dias atuais para combater a extrema pobreza.

## **CAPÍTULO I.**

### **BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

## 1.1 A educação no Brasil

Para entender a história da educação no Brasil é necessário fazer um resgate histórico, e voltar ao ano de 1500. Em 22 de abril de 1500, marca o “Descobrimento do Brasil”, data referente à chegada dos Portugueses a Terra de Vera Cruz, a esquadra naval liderada por Pedro Álvares Cabral, o desembarcou no litoral sul da Baía, junto a um monte que foi batizado de Monte Pascoal. A terra era habitada por povos indígenas que passa a sofrer influências educacionais estrangeiras. O encontro entre portugueses e índios está documentada na carta escrita por Pero Vaz de Caminha<sup>3</sup>, em que relata o grande choque cultural entre os povos.

O período da escravatura, foi a forma de relação social de servidão adotada no período colonial até o final do Império (1530–1815), onde a característica principal é a exploração da mão de obra dos negros pelos europeus colonizadores do país. Os escravos eram utilizados principalmente nas atividades açucareira, mineração e serviços domésticos. O termino desse período se dá com a assinatura da Lei Áurea<sup>4</sup>.

Durante muito tempo predominou a servidão em favor da elite.

“No início do século XVIII a economia e a sociedade tinham algumas características diferentes daquelas do século XVI, porém havia certas permanências (escravidão, dependência do mercado externo etc.). No período colonial predominou no Brasil a monocultura (cana de açúcar), o latifúndio (grandes propriedades), a escravidão negra e uma economia voltada para o mercado externo de uma sociedade rural, patriarcal e conservadora.” (Mocellim, 2004, p. 11-12)

Para a compreensão dos processos políticos, econômicos e sociais do Brasil é necessário entender que o Estado Brasileiro nasceu sob o signo do autoritarismo, corrupção e dos vícios políticos, comprovando assim sua existência em outros contextos Mocellin afirma:

“Durante o império, as condições de vida da maioria do povo brasileiro eram piores. Grande parte da população vivia no campo: escravos, libertos, camponeses pobres e toda sorte de deserdados que lutavam para sobreviver. A lei de terras de 1850 dificultava a aquisição de propriedades rurais. Um dos objetivos da lei era forçar os imigrantes a trabalhar nas fazendas de café. Com o golpe de 1964, a questão agrária ficou adormecida.

---

<sup>3</sup> A chegada a Vera Cruz, [https://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta_do_Brasil).

<sup>4</sup> Carta assina pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Isabel (Rio de Janeiro, 29 de julho de 1846 – Eu, 14 de novembro de 1921), apelidada de "a Redentora", filha do imperador Pedro II do Brasil e da Imperatriz Teresa Cristina das Duas Sicílias. Em 13 de maio de 1888, o governo imperial rendeu-se às pressões e a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. A Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, foi o diploma legal que extinguiu a escravidão no Brasil. Foi precedida pela Lei n.º 2.040 (Lei do Ventre Livre), de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, e pela Lei n.º 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe), de 28 de setembro de 1885, que regulava "a extinção gradual do elemento servil" [blogdasaa.blogspot.com/2008/05/13-de-maio-de-1988-abolio-da.html](http://blogdasaa.blogspot.com/2008/05/13-de-maio-de-1988-abolio-da.html).

Apesar da criação de diversas instituições, de concreto pouca coisa foi feita, assim o êxodo rural acentuou-se.” (Mocellin, 2004, p. 16-17)

Nesta época os negros viviam libertos, porém abandonados à própria sorte. Com a persistência do racismo e a falta de recursos, eles foram levados a procurar abrigo nas ruas. Fato que levou ao aparecimento dos primeiros moradores de rua, proveniente das dificuldades relacionadas à aquisição de propriedades rurais e desemprego; que possibilitaram o aparecimento dessas pessoas nas ruas, que migravam para grandes centros urbanos sem condições adequadas de sobrevivência, enquanto que outras surgiram como imigrantes de outros países para trabalhar nas propriedades rurais. Meneses, enfatiza que:

“A colônia brasileira formou-se da exploração produtora de gêneros tropicais para maximizar a acumulação de capital no mercantilismo europeu. Consta-se, portanto as bases precárias da colônia nesse contexto que arrastavam um grande número de indivíduos para trabalhar nas propriedades rurais que dados às incertezas do mercado o acesso excluía desde logo aqueles sem capital. Após a abolição entre o grande senhor e o escravo há também uma população de aventureiros que vinham tentar a sorte no Brasil, além dos escravos libertos sem lugar na estrutura da colônia vagando pelos arraiais, esmolando, morrendo de fome e de doença.” (Meneses, 2007, p. 20)

A imigração fez com que aumentasse significativamente a população do Brasil, quando chegaram famílias de outros países, que ocupariam os espaços deixados pelos escravos nas propriedades rurais, ao tempo em que os negros ficavam obsoletos nos centros urbanos, por falta de recursos para recomeçar a vida, e também por não ser mão-de-obra especializada, já que passaram a maior parte de suas vidas desenvolvendo uma única função, fato proveniente da escravidão.

Durante muitos anos escravos não podiam frequentar as escolas, permitidas somente aos homens livres, essa realidade passa a ser transformada somente a partir do ano de 1860.

Trazendo esse contexto histórico para marcos mais atuais, segundo Gadotti:

“Historiadores costumam dividir em quatro períodos a história da educação, sendo o primeiro que se inicia com o descobrimento até 1930. Nesse período a educação era centrada no adulto e na autoridade do educador, num sistema de ensino privado. O segundo período iniciou em 1930 e vai até 1964, após uma fase de confronto entre ensino privado e ensino público. Nessa época predominam as ideias liberais da educação com o surgimento da “escola nova” (grifos do autor), centrada na criança e nos métodos renovados opondo-se a educação tradicional. O terceiro período, chamado pós 1964, foi marcado por uma longa fase de educação autoritária dos governos autoritários dos governos militares, em que predominou o tecnicismo educacional. Depois de 1985, tem início uma transição que dura até hoje, revelando o enorme atraso em nosso país se encontra em matéria de educação.” (Gadotti, 2010, p. 11)

De acordo com a citação acima, a autora retrata todo período de construção da educação no Brasil, ressalta-se aqui o período iniciado a partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que esta estabelece as diretrizes e bases da educação, a qual também divide a educação em quatro níveis escolares:

“Educação Infantil “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Ensino Fundamental “O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão”. Ensino Médio “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três ano, terá por objetivo consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”. Educação de Jovens e Adultos “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL,1998)

O que se observa no cenário atual da educação brasileira é que durante muitos anos somente a criação da LDB não foi suficiente para otimizar o sistema de educação no Brasil. O que pode se observar nos últimos vinte anos foi a evasão escolar na rede pública de ensino, causada pela falta de estrutura física e recursos humanos e falta de investimento no setor, ocasionando o crescimento da oferta de ensino em escolas particulares. Fato esse que pode ser mais tarde comprovado no momento de acesso desses alunos à rede de ensino superior. Os alunos que cursaram ensino médio na rede particular ocupam maior parte das vagas nas universidades públicas, sendo que grande parte dos alunos do ensino médio da rede pública, acabam ingressando em faculdades particulares, ou seja um processo reverso.

Conforme Knobel (2014) a grande massa de estudantes que concluem o ensino médio em escolas públicas não considera o ingresso em universidades públicas, refere que:

Apesar de importantes, as políticas de inclusão social ou de ação afirmativa no ensino superior atreladas somente ao vestibular – ou a processos seletivos como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – são insuficientes para solucionar o problema da exclusão de jovens oriundos de escola pública. Do total de estudantes que prestam vestibular para as principais universidades públicas do país a situação se inverte: na Unicamp, por exemplo, aproximadamente 70% são egressos de escolas privadas e 30% de instituições públicas. Essa inversão ocorre porque a grande massa de estudantes que concluem o ensino médio em escolas públicas não considera o ingresso em universidades públicas, pois sabe que tem pouca ou nenhuma chance de entrar nessas instituições”, afirmou o Coordenação Adjunta de Colaborações em Pesquisa da Fapesp.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>[http://agencia.fapesp.br/politicas\\_de\\_inclusao\\_atreladas\\_apanas\\_ao\\_vestibular\\_sao\\_insuficientes\\_aponta\\_pesquisador/18592/](http://agencia.fapesp.br/politicas_de_inclusao_atreladas_apanas_ao_vestibular_sao_insuficientes_aponta_pesquisador/18592/)  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

De fato uma realidade Crianças e adolescentes do Brasil estudam em sua grande maioria em escolas públicas (municipais, estaduais ou federais) durante a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. São mais de 40,4 milhões de crianças e jovens na rede pública, o que corresponde a 85,7% do total, contra 14,3% inseridos na rede particular. Já no ensino superior, a situação se inverte: a maioria (73,2%) está na rede particular de ensino, contra 26,8% em universidades públicas.

Os dados abaixo fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, divulgada nesta sexta-feira (21). O estudo investiga dados sobre população, migração, educação, emprego, família, domicílios e rendimento. Foram ouvidas 358.919 pessoas em 146.207 domicílios. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, a população residente em 2011 no país era de 195,2 milhões.

**Tabela 01.** Amostra ciclo de ensino

CICLO DE ENSINO	REDE	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Pré-escola	Pública	73,5%	79,1%	69,7%	74,5%	76,6%	69,2%
	Particular	26,5%	20,9%	30,3%	24,6%	23,4%	30,8%
Ensino fundamental	Pública	87,0%	92,6%	86,2%	85,2%	90,7%	85,4%
	Particular	13,0%	7,4%	13,8%	14,8%	9,3%	14,6%
Ensino médio	Pública	87,2%	93,1%	88,7%	85,1%	86,4%	86,7%
	Particular	12,8%	6,9%	11,3%	14,9%	13,6%	13,3%
Ensino superior	Pública	26,8%	32,8%	36,0%	36,0%	26,8%	25,7%
	Particular	73,2%	67,2%	64,0%	64,0%	73,2%	74,3%
TOTAL	Pública	78,1%	85,8%	80,8%	74,5%	78,3%	74,6%
	Particular	21,6%	14,2%	19,2%	24,6%	21,7%	25,4%

*Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011*

Nos últimos dois anos vem se discutindo a criação de um novo modelo de educação pública que é a “educação na idade certa” em escola de tempo integral. O projeto ganhou consistência a nível nacional e foi criado pela pedagoga do município de Sobral, Maria Izolda Cella de Arruda Coelho. O Pacto é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

De acordo com Takahashi, o Semiárido cearense tem escolas públicas com nível de países ricos, 2015.

”A qualidade da rede pública municipal de ensino de Sobral é destaque. A série “O Brasil que dá certo” traz reportagem mostrando Sobral como exemplo para o Brasil por se destacar em avaliações nacionais, mesmo em meio à vulnerabilidade socioeconômica. Para a análise foram cruzados dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013, da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2014 e do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios.’ (IDHM 2010)<sup>6</sup>

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, quatro princípios centrais serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Os conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.” (Portal/MEC 2016)<sup>7</sup>

Dentro dessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.

O município de Sobral-CE vem apostando nesse novo modelo de ensino, com foco na aprendizagem, a fim de promover uma educação de qualidade para as crianças, e adolescentes do município.

## **1.2. A política de educação do município de Sobral-CE**

De acordo com IBGE/2015, Sobral tem 201. 756 mil habitantes e está localizada a 240 km da capital, Fortaleza.

A origem do município de Sobral remonta ao primeiro quartel do século XVIII,

<sup>6</sup> <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704915-semiarido-cearense-tem-escolas-publicas-com-nivel-de>

<sup>7</sup> < <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

devido ao fluxo migratório proveniente da criação de gado, onde os tropeiros, responsáveis pela condução das comitivas e pelo transporte de mercadorias de uma localidade para outra, se embrenhavam pelo interior cearense, instalando-se às margens dos rios Jaguaribe e Acaraú.

Por volta de 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, procedente do Rio Grande do Norte, instalou a Fazenda Caiçara, considerada berço do município, surgindo assim ao seu redor as primeiras moradias. Tempos depois, sua mulher doou cem braças quadradas de terras à Igreja matriz de N. S. da Conceição, hoje conhecida como Igreja da Sé. No ano de 1773 foi elevada à categoria de Vila com denominação Vila Distinta e Real de Sobral. As excelentes condições de clima, a fertilidade do solo contribuíram para que se desenvolvesse no local um povoado que se tornou o mais populoso dentre os seus vizinhos<sup>8</sup>.

No ano de 1941, através do Decreto n.º 229, do Presidente Martiniano de Alencar, a cidade recebe a denominação de Januária do Acaraú. No ano seguinte o município passa a se chamar Sobral. A palavra, de origem latina, quer dizer abundância de sobreiros.

Na segunda metade do século XVIII, com o sucesso econômico do ciclo da carne de sol e de charque (carnes seca a diferença reside basicamente na técnica de preparo), o desenvolvimento de Sobral chegou a superar o de Fortaleza, sendo assim uma das mais importantes cidades do Ceará junto com Icó, Aracati e Juazeiro. A localização geográfica privilegiada, estando no entroncamento de várias estradas importantes, possibilitou um maior desenvolvimento do município, tanto comercial, quanto no que se refere às artes e a cultura. Desta forma, Sobral adquiriu destaque no cenário político e econômico a nível estadual e nacional. Neste contexto, a cidade evoluiu suas potencialidades no mercado produtivo e comercial e atualmente se constitui como um dos principais polos econômicos do Estado do Ceará, tendo a indústria e o comércio como as principais atividades produtivas geradora de emprego e renda.<sup>9</sup>

Com relação à política de educação de Sobral, assim como a de outros municípios, enfrentava problemas com a rede pública municipal de ensino. De acordo com matéria ao jornal Estadão, Sobral vira modelo nacional de gestão, a realidade era que “48% das crianças com até 7 anos não eram alfabetizadas, e não sabiam escrever nem mesmo formar palavras (Bethania, 2014).<sup>10</sup>

De acordo com a política de educação da Secretaria de Educação do município:

---

<sup>8</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral\\_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_(Cear%C3%A1))

<sup>9</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral\\_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_(Cear%C3%A1))

<sup>10</sup> <<https://http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sobral-vira-modelo-nacional-de-gestao-imp-,1158465>>  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

“O ponto de partida para mudança desta realidade foi: “a implantação de um projeto que prioriza a aprendizagem, em particular a alfabetização. Constituída a política de alfabetização, deixa de ser uma ação e passa a ser a plataforma para todo o sistema. É a base da melhoria da frequência, da permanência, do aprendizado, da auto estima do aluno e professor, da aprovação, da correção do fluxo e do sucesso nas séries posteriores. A criança precisa ter programas de “defesas” que garantam a alfabetização no 3º ano, por isso se desenvolve no 1º e 2º anos. A avaliação de aprendizagem passa a ser o instrumental por excelência que passa a nortear as práticas de todo o sistema”. A política de alfabetização visa garantir a alfabetização na idade certa (crianças de 7 anos); Eliminação do analfabetismo ao longo das séries iniciais do ensino fundamental; Atendimento às crianças de 6 anos no Ensino Fundamental; Atendimento de toda matrícula pública de 1ª a 4ª série; Estabelecimento de critérios para lotação de professores alfabetizadores; Estabelecimento de metas de aprendizagem para alfabetização; Meta I – 100% de alfabetização dos alunos da 1ª série básica (6 anos) e 1ª série regular (7 anos); Meta II – 100% de alfabetização dos alunos de 2ª a 4ª série (8 anos e mais) que haviam sido promovidos para as séries subsequentes sem que já soubessem ler; Avaliação externa censitária; Implementação de ações de apoio às práticas pedagógicas das escolas; Gratificação salarial para professores alfabetizadores; Criação do Prêmio Escola Alfabetizadora; Acompanhamento e monitoramento dos dados relativos às ações da escola. Os Eixos de Ação Estratégica são 03: Fortalecimento da Ação Pedagógica; Fortalecimento da Gestão Escolar; Valorização do magistério.” (Plano municipal de educação 2015).

Segundo a Prefeitura Municipal de Sobral, o município vem ganhando destaque na educação, por ser o primeiro a adotar o novo modelo de educação na idade certa, além de estar investindo nas escolas de tempo integral, contando com 02 (duas) escolas prontas - Colégio Sobralense de Tempo Integral Dorilene Arruda Aragão, situada na Av. Monsenhor Aloísio Pinto, bairro Santa Clara, zona urbana de Sobral e Colégio Sobralense de Tempo Integral Maria de Lourdes de Vasconcelos, localizado no distrito de Arataiaçu, zona rural do município de Sobral. A meta é a construção de 17 Colégios Sobralenses de Tempo Integral para o município.<sup>11</sup>

Os colégios sobralenses contam com estruturas diferenciadas com laboratórios, salas de aula, administração, biblioteca, sala multimídia, bloco do recreio, cozinha, despensa, banheiros, vestiários, armários para os alunos guardarem seus pertences e espaços de descanso após o almoço, quadra poliesportiva e anfiteatro.

Os alunos dos colégios sobralenses têm uma grade curricular ampliada com 07 aulas semanais de matemática e 07 de português, ao contrário das escolas de ensino normal que contam com uma grade curricular de 05 aulas de português e matemática. Além da grade de conteúdo tradicional, são ofertadas disciplinas diferenciadas como projeto de vida,

---

<sup>11</sup> Assessoria de comunicação da Prefeitura de Sobral.  
<http://blog.sobral.ce.gov.br/2014/02/primeiro-colegio-sobralense-de-tempo.html>>

protagonismo juvenil, introdução à pesquisa, formação humana e práticas experimentais nos laboratórios.<sup>12</sup>

### 1.3. A tríade das políticas públicas e o serviço social

É o trabalho realizado em conjunto pelas três secretarias: assistência social, educação e saúde. É nessa trilogia que a política da educação se concretiza através dos espaços de acesso a esta política, da escola, que tem papel fundamental, o de formador dos cidadãos. Sabe-se que a política da educação como outra qualquer política também tem seus conflitos e limites, de estrutura física e humana, porém há um grande esforço por parte dos profissionais em concretizar de forma satisfatória o ensino público.

Nessa perspectiva de integração, envolver a escola e a família, é fortalecer a gestão participativa. Desta forma:

“Para uma efetiva compreensão da política educacional é preciso referenciar o conjunto de áreas que são reguladas em termos das práticas e conhecimentos legais e educacionais socialmente reconhecidos hoje enquanto arcabouço institucional desta política. A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada, hoje, por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.” (Almeida, 1988, p. 4)

É através da educação, da presença e frequência à escola que se torna possível transformar, para melhor, a sociedade no geral e, em particular, o das famílias de baixa renda. Nesse aspecto, a política de assistência social vem como complemento, pois nenhuma criança consegue aprender, sem se alimentar, sem saúde, sem condições de moradia. O trabalho dos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores, sua inserção é de fortalecer as redes sociais e acesso das famílias aos serviços sociais, ampliando assim os direitos dos cidadãos. Para Demo a função da educação é “de ordem política, como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo. Se um país cresce sem educação, não se

---

<sup>12</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral\\_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_(Cear%C3%A1))

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

desenvolve sem educação. Este efeito qualitativo, que é da ordem dos fins na sociedade, perfaz o cerne do fenômeno educativo” (1996, p. 52).

Na saúde o trabalho do assistente social, como responsável técnico municipal do Programa Bolsa Família - PBF, deve identificar a relação das famílias beneficiárias do seu município, as quais precisam ser acompanhadas pela saúde a cada vigência (janeiro a junho - 1ª vigência - e julho a dezembro - 2ª vigência). A identificação dessas famílias é realizada por meio do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, no qual também se inserem as informações do acompanhamento e monitoram-se as ações e condicionalidades da Saúde. (MDS)

Quanto à gestão pública, novas estratégias vêm sendo adotadas com objetivo de atingir resolutividade no enfrentamento das questões sociais. Esse novo modelo de gestão traz a descentralização, a participação comunitária, controle social e intersetorialidade. A intersetorialidade é fundamental para o desenvolvimento de um bom trabalho, pois ela envolve a junção de vários saberes, cada um contribuído com que lhe compete. É nesse momento que se oferece aquilo que se tem com propriedade.

Nesta perspectiva:

“A interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer.” (Rodrigues, 1998, p. 156)

Nos últimos anos percebe-se de forma mais intensa a integração das políticas públicas, como ações intersetoriais para complementar ou dar continuidade ao trabalho já realizado, visto que os problemas sociais não podem ser resolvidos de forma autônoma. Esse modelo intersetorial é ação realizada conjuntamente por setores afins, de uma mesma organização ou entes federados. Essas ações propiciam o fortalecimento do controle social possibilitando a melhoria do acesso aos serviços de educação, saúde, assistência social e habitação.

“Representantes de, pelo menos, quatro secretarias municipais participaram da reunião, dando suas contribuições para a construção de medidas e combatam a extrema pobreza. “Já que todos, de uma forma ou de outra, trabalham com pessoas em situação de

vulnerabilidade social, precisamos ouvi-los para que as medidas sejam eficazes”, ressaltou Coordenador da Casa do Cidadão de Sobral, Flávio Ximenes.”<sup>13</sup> (ASCOM, 2013)

No município de Sobral-CE, as reuniões acontecem mensalmente na sede do Cadastro Único, com representantes das secretarias do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza, Educação, Saúde, Agricultura, Esporte e Lazer. As reuniões fazem parte da agenda federal sugerida pelo Ministério do Desenvolvimento Social a fim de promover a intersetorialidade no município.

Conforme Lofrano, especialista da Coordenação de Articulação Intersetorial do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, “Não bastam as pessoas se conhecerem, serem mais próximas, como nos pequenos municípios. A intersetorialidade tem que ser trabalhada, incentivada e apoiada” (ASCOM, MDS 2014)<sup>14</sup>.

As reuniões influenciam diretamente no Índice de Gestão Descentralizada – IGD, colocado como uma das metas para atingir o teto máximo do repasse de recurso para o município.

O Programa Bolsa Família trabalha acompanhando e monitorando as famílias através das condicionalidades, que são frequência escolar (educação) e acompanhamento do peso e da medida (saúde), como uma forma de cobrar e manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando regularmente a escola.

#### **1.4 Formação do sistema social no Brasil: breve contextualização**

O Brasil historicamente é um país com imensa desigualdade social e para entender o que é questão social, é necessário fazer um resgate histórico, e identificar de onde surgiram as primeiras questões sociais. Segundo Netto (2004), a expressão “questão social”, tem um histórico recente, começando a ser utilizada na terceira década do século XIX, para referir o fenômeno do pauperismo. A pauperização da população trabalhadora resultou do capitalismo industrial e crescia da mesma maneira que aumentava a produção.

Para Yamamoto, a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais

---

<sup>13</sup> Acessória de comunicação da Prefeitura de Sobral.

<<http://blog.sobral.ce.gov.br/2015/03/combate-extrema-pobreza-e-tema-de.html>>

<sup>14</sup> ASCOM, MDS <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/novembro/bolsa-familia-integracao>>

amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (1999, p. 27)

A história do serviço social como proteção social básica teve início no Brasil no ano de 1930 como mecanismo de enfrentamento da pobreza. Com o início do período industrial 1930, surgem novas demandas advindas principalmente da classe operária, que por muito tempo trabalhava sem nenhuma regulamentação. Famílias inteiras eram expostas a uma jornada de trabalho excedente, operários eram mutilados em acidentes de trabalho. Diante deste cenário, o governo procura estabelecer um sistema de seguro social, como resposta às lutas das classes operárias. Cidadania regulada foi o nome proposto pelo sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos para designar uma "cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado".<sup>15</sup> É conhecida como cidadania regulada por ser excludente, pois atendia somente o cidadão estava incluído no mercado de trabalho com a carteira assinada. Isso deixaria uma massa de cidadãos desprovidos dos serviços de saúde e assistência social.

A luta pela regulamentação dos direitos do cidadão só veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

### **1.4.1 A política social no Brasil**

No Brasil as políticas sociais de transferência de renda vem ganhando importância. Discutir sobre as formas de redução da pobreza e concretizar os direitos sociais se tornaram um desafio aos que trabalham com essa demanda.

No Brasil o sistema de proteção social e relativamente novo:

“As formas \_ as vezes mais, as vezes menos, institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social. Incluo, neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades.” (Di Giovanni, 1998, p.10)

Este conceito está ligado diretamente a história de colonização do país, e suas influencias europeias, onde o Brasil foi marcado pela subordinação durante séculos. Essa passagem e descrita por Costa, “A ação do estado que na sociedade brasileira guarda particularidades da nossa formação sócio-econômica e política. O caráter dependente da nossa

---

<sup>15</sup> <http://patty-lima07.blogspot.com.br/?view=timeslide>

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

Eva Samara da Cruz Leal - Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

sociedade teve consequência um estado formado pelos interesses das elites dos países centrais” (Costa, 1998, p. 169).

Portanto, fica fácil compreender o enfraquecimento da organizações da sociedade no Brasil. Para Gohn,

“A categoria povo na época colonial era dada ao comerciantes e artesãos. No topo da pirâmide social estavam os senhores de engenho, militares e funcionários graduados e o clero. Eles eram seguidos pelos lavradores, grandes mercadores e artesãos. Os pobres livres eram os penúltimos pois os últimos eram os cativos, os escravos.” (Gohn, 2001, p. 45)

Vale ressaltar que 1923 a Lei Eloy Chaves tornou-se um marco nas políticas sociais, no que se refere a aposentadorias e pensões. O Decreto n.º 4.682 de 24 de janeiro de 1923:

“Art 1º Fica criada em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.  
Art 2º São considerados empregados, para os fins da presente lei, não só os que prestarem os seus serviços mediante ordenado mensal, como os operários diaristas, de qualquer natureza, que executem serviços de caráter permanente.  
Parágrafo único. Consideram-se empregados ou operários permanentes os que tenham mais de seis meses de serviços contínuos em uma mesma empresa.”

Esta lei representa o início das políticas sociais no Brasil, tendo em seguida a empresa portuárias, mineração e telégrafos.

Para Santos,

“Não se tratava de um direito de cidadania, inerente a todos os membros de comunidade nacional, quanto mais em condições de participar do processo de acumulação, mas de um compromisso a rigor privado entre os membros de uma empresa e seus proprietários. A demais, a previdência que se cuidava cobria apenas os empregados de uma só e mesma empresa, ou seja, o capítulo moderno da legislação social brasileira abre-se caracterizando, basicamente, por estabelecer um dimensão extra nos contratos de trabalho, um novo tipo de contrato social, em que as contratantes abdicam de parcela da renda a que teriam direito no presente e por restringir o escopo do contrato aos participantes da comunidade mais elementar da sociedade industrial moderna, isto é a empresa.” (Santos, 1979, p. 24)

Cabe aqui ressaltar que a política de assistência cabia a negociação entre empregados patrões de cada empresa.

Somente no governo do presidente Getulio Vargas (1930-1945) que foi implantada a legislação social. Como destaque tem-se a criação do ministério do trabalho (1931), do seguro contra invalidez e velhice e acidentes de trabalho (1937), instituição do salário mínimo (1940), consolidação das leis de trabalho CLT (1943).

Cabe aqui ressaltar que foi um período de grande avanços das políticas sociais de direito, e que a partir deste marco foram criados Banco Nacional de Habitação (BNH) 1964, o Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho - FGTS (1966), Lei de Diretrizes e Bases LDB (1961), Instituto de Previdência Nacional INPS (1966).

Nota-se que entre os anos de 1970 a 1980 os programas sociais atuam com resposta aos movimentos de repressão. De acordo com Franco:

“Predominaram as políticas de intervenção centralizadas no estado, quer pela ação redentora de uma tecnocracia pretensamente iluminada, quer pela atuação clientelista e paternalista de atores políticos populistas ou de setores oligárquicos conservadores. Mas as sementes desse tipo de política foram plantadas nos anos anteriores, em grande parte da década de 70.” (Franco, 2003, p. 3)

A partir do ano de 1980 foi marcado por crise fiscal, causando o endividamento externo. Desta forma iniciou o período de ampla reforma constitucional.

#### 1.4.2 Constituição Federal de 1988

É a Lei fundamental e suprema do país, a Constituição da República Federativa do Brasil, foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Isto é, a Assembleia Constituinte, formado por deputados e senadores eleitos, escreveu e aprovou uma nova Constituição, que também pode ser chamada de Carta constitucional.

A Constituição Federal traz em seus artigos 194, 203 e 204 a forma específica o direito de todo cidadão a assistência social. Na qual descreve:

“**Art 194** “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. **Art 203** “A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei”. Trata-se do “benefício assistencial de prestação continuada (BPC)” ou “amparo assistencial”. **Art 204** I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social. II Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal deve regular e pacificar os conflitos e interesses de grupos que integram uma sociedade. Para isso, estabelece regras que tratam desde os direitos

fundamentais do cidadão, até a organização dos Poderes; defesa do Estado e da Democracia; ordem econômica e social.

### **1.4.3 Lei Orgânica da Assistência Social**

A Constituição de 1988, que é a atual Carta Magna do Brasil, é sétima constituição do país e a sexta de sua república, bem como a última a consolidar a transição de um regime autoritário (Ditadura Militar, 1964-85) para um democrático (Nova República, 1985-atual).

“Esta Carta ampliou os direitos trabalhistas das constituições de 1946 e 1967, reduzindo a jornada semanal de 48 para 44 horas, reinstituindo o direito de greve e instituindo liberdade de associação sindical, décimo-terceiro salário para aposentados e seguro-desemprego. Seu Título II conta com mais de setenta incisos sobre os direitos de todo cidadão à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança. Mais inovadores são os doze direitos sociais do Capítulo II, que incluem transporte, lazer, previdência social, assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à infância.”<sup>16</sup>

Com base nos artigos 194, 203 e 204 da Constituição Federal, no ano de 1993 é criada a Lei n.º 8.742, de 07-12-1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que traz em seus artigos Art. 1º,

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1988. Art 1)

A LOAS tem como programa de transferência de renda o Benefício de Prestação continuada, que é o benefício pago aos cidadãos com deficiência ou idosos a partir de 65 anos, que não contribuíram para com a previdência social.

### **1.4.4 Política Nacional da Assistência Social e a Norma Operacional Básica**

Criada por meio da Resolução n.º 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004), dez anos depois em 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS vem para uma (re)organização na gestão política de assistência social visando unificar o conceito e procedimento em todo território nacional. A Norma Operacional Básica estabelecendo

---

<sup>16</sup> <http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

padrões dos serviços, qualidade no atendimento, padronização da nomenclatura dos serviços e rede socioassistencial e cofinanciamento.

Diante disso, verifica-se que a política de Assistência Social vem avançando muito rapidamente em sua “regulação pelo estado” na definição de seus parâmetros, padrões, prioridades” (Carvalho, 2005, p. 1).

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2009, aprova a Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, referente a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, organizada por nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

#### **1.4.5 Sistema Único da Assistência Social - SUAS**

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS como concepção política, teórica, institucional e prática da política nasce na perspectiva de ampliar a cobertura e a universalização de direitos, aperfeiçoando a sua gestão, qualificando e fortalecendo a participação e o controle social. O SUAS é o sistema que operacionaliza as ações nas três esferas de governo, destes com dirigentes e técnicos de entidades prestadoras de serviços, com os conselheiros dos conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como com usuários e trabalhadores.

“Fruto de deliberação de conferência nacional, esse reordenamento de gestão da política vem materializar e aprofundar muitas das conquistas da Lei Orgânica da assistência Social. Por isso, pode-se dizer que o SUAS é uma conquista. Porém, como todo processo, em construção, situado numa sociedade de classes sob hegemonia do projeto burguês, constitui-se por contradições.” (Silva, 2010, p. 7)

A partir daí foram criadas políticas de transferência de renda como: Benefício de Prestação Continuada - BPC e Bolsa Família, dentre outras. Aqui coloco em evidência o programa de transferência de renda Bolsa Família por ser um programa de grande repercussão no Brasil.

Sendo assim, as políticas sociais nacionais no Brasil são destinadas a atender as necessidades básicas de saúde, educação, assistência social e habitação. Desta forma, os programas de transferência de renda passam a ser importantes ferramentas no combate à pobreza no país.

### 1.4.6 Unificação dos Programas

O Programa Bolsa Família - PBF é o maior programa de transferência de renda em implementação atualmente no país, assumindo centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Segundo Silva são considerados programas de transferência de renda “aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independente de previa contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso de programas federais, de meio salário mínimo” (Silva, 2006, p. 131).

Esta tem sido a estratégia utilizada com intuito de minimizar a fome, a pobreza, a falta de emprego de forma imediata, sendo que a longo prazo são adotadas estratégias de acompanhamento familiar através de condicionalidades da educação, saúde e assistência social, como também acompanhamento através de programas e serviços ofertados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

O Programa Bolsa Família - PBF foi instituído pela Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Sua finalidade foi unificar os programas de transferência de renda do Governo Federal no que diz respeito aos procedimentos de gestão e de execução das ações, envolvendo os seguintes programas federais:

- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação (Bolsa Escola);
- Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à saúde (Bolsa Alimentação);
- Programa Auxílio Gás, vinculado ao Ministério das Minas e Energia;
- Programa Nacional de Acesso à Alimentação PNAA, (Cartão Alimentação), vinculado ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA BRASIL (MDS, 2013).

A proposta era de que ele fosse utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de benefícios dos programas focalizados. O decreto previa ainda que os dados e as informações fossem processados pela Caixa Econômica Federal a fim de identificar os beneficiários e atribuir-lhes o número de identificação social. O propósito seria garantir a unicidade e a integração do cadastro de todos os programas de transferência de renda e a racionalização do processo de cadastramento.

Através do Decreto n.º 6.135 de 26 de junho de 2007, o Governo Lula mantém o Cadastro Único, renomeando - o de CADÚNICO atribuindo-lhe a função de fazer a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, e com base nestas informações, ser o instrumento utilizado obrigatoriamente para a seleção de beneficiários e a integração dos programas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação e Habitação) que atendem à população de baixa renda (MDS, 2013).

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003 com a unificação dos programas de transferência de renda existentes e a migração de seus beneficiários para o Cadastro Único, que de acordo com definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, é um instrumento que permite identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, ou seja, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas (MDS, 2013).

Segundo Amaral, o Cadastro Único é uma importante ferramenta para as ações do programa.

“Trata-se de banco de dados que traz informações detalhadas atualizadas sobre as famílias de baixa renda em todo o país. São 24,1 milhões de famílias das quais 87,3% tem renda abaixo de meio salário mínimo per capita. Ele permite que o poder público conheça cada uma das 74,3 milhões de pessoas que compõe essas famílias, seus nomes, onde moram, quais as características dos seus domicílios, suas idades, escolaridade e informações sobre trabalho e renda, entre outras. O formulário de cadastramento reúne cerca de 100 variáveis que servem pra identificar, com relativa acuidade, as carências as quais cada família está sujeita permitindo ao poder público identificar os programas mais adequados para uma abordagem multidimensional da pobreza de cada família.” (Amaral, 2014, p. 100)

Essa ferramenta é de fundamental importância para o pleno funcionamento do Programa Bolsa Família. O cadastro deve ser atualizado por completo a cada dois anos, sendo que pequenas alterações podem ser realizadas de seis em seis meses ou até mesmo imediatas. Essa metodologia proporciona acesso a informações fidedignas.

O Bolsa Família, de acordo com Art 2º da Lei n.º 10.836 se compõe de:

I - O Benefício Básico - destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza;

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

II - O Benefício Variável - destinado a famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza e que tenha em sua composição familiar.

III - O Benefício Variável Jovem – vinculado ao adolescente, destinado a famílias que se encontre em extrema pobreza e que tenha em sua composição familiar adolescentes com idade entre 16 a 17 anos.

IV - O Benefício Variável Gestante – BVG – é vinculado à mãe e o bebê durante a gestação, aumentando a renda familiar neste período. Este benefício é pago às famílias em 9 parcelas de R\$ 35,00

V - O benefício Variável Nutriz – (BVN) – vinculado as mulheres que tenham crianças com até seis meses de vida, auxiliando na promoção Alimentar e Nutricional. Este benefício é pago às famílias em 6 parcelas de R\$ 32,00

VI - O Benefício de Superação da Extrema Pobreza BSP – destinado às beneficiárias do programa Bolsa Família e que, tenham em sua composição familiar crianças e adolescentes de (zero) a 15 (quinze) anos de idade, que apresentem a soma da renda mensal inferior a R\$ 77,00 (MDS, 2013).

Conforme determina a lei, é pago o valor de R\$ 77, 00 (Benefício Básico) às famílias em situação de extrema pobreza, mesmo que não tenham criança ou adolescente. É pago o valor de R\$ 35,00 às famílias que têm crianças. É pago o valor de R\$ 42,00 à família com adolescente. Cada família pode receber no máximo 05 (cinco) variáveis.

Após a soma de todas as variáveis obtendo – se o valor total, se a família continuar com renda per capita inferior a R\$ 77,00 por mês, a mesma poderá receber o BSP, como valor complementar, para que a família supere a extrema pobreza (MDS, 2013).

### **1.5 As condicionalidades do Programa Bolsa Família.**

Toda família beneficiária do Programa Bolsa Família tem como contrapartida garantir o cumprimento das condições impostas pelo programa, na área da saúde, educação e assistência social. O não cumprimento das condicionalidades, acarreta penalização dos seus beneficiários, que vai desde advertência e suspensão ao cancelamento do benefício.

De acordo com Mota:

“As condicionalidades são instrumentos primordiais de controle social para acesso e manutenção das famílias pobres no programa Bolsa Família, instituído pelo estado brasileiro. O repasse de recursos, por parte do governo, pressupõe obrigações aos beneficiários, prevendo-se penalizações aquelas famílias que não cumprirem as instruções

normativas. No entanto, famílias vulneráveis socialmente desenvolvem estratégias peculiares de sobrevivência e, assim, asseguraram o acesso e permanência no programa. O poder público local pauta seu discurso oficial considerado o PBF como paradigma de combate a miséria, sendo a contrapartida em educação e saúde condição fundamental de exercício da cidadania.” (2010, p. 48)

As famílias beneficiárias do programa têm seus direitos, mais também têm seus deveres. Os deveres possibilitam fazer com que as famílias despertem para o melhoramento do processo de desenvolvimento social da família. Na educação tem-se a frequência escolar; na saúde o acompanhamento do peso e da medida, e na assistência social, o acompanhamento das famílias através dos programas e serviços ofertados pelo CRAS.

O Ministério da Educação criou uma ferramenta de monitoramento das frequências escolar que funciona via *internet* denominado “Sistema de Acompanhamento de Frequência Escolar”.

A frequência escolar não pode ser inferior a 85%, no mínimo, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem - BVJ (MDS, 2013).

Os resultados obtido na escola são informadas de dois em dois meses, enquanto as da saúde são de seis em seis meses. O acompanhamento da saúde visa ao cumprimento do calendário básico de vacinação e ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança menor de sete anos, ao seguimento do calendário de pré-natal da gestante, da assistência pós-parto, bem como à realização da vigilância nutricional (MDS, 2013).

Para Pires as condicionalidades nas áreas de saúde e educação, “foram estabelecidas com o propósito de contribuir para o aumento das capacidades das pessoas, tendo em vista o combate à pobreza” (2013, p. 515). O autor complementa que diante do aumento dessas capacidades, os filhos das famílias mais carentes, por meio do acesso aos serviços de educação e saúde, ampliariam seu capital humano e, assim, obteriam maiores possibilidades de ingressar no mercado de trabalho, gerar renda e sair da condição de pobreza quando adultos.

Em contraposição, Bueno, em seu artigo “As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania” traz que:

“Crítica-se a exigência de condicionalidades em uma conjuntura que não oferece possibilidades para o seu cumprimento. A perversa articulação obrigatória entre acesso a serviços básicos e acesso a programas de transferência de renda funciona na verdade, para escamotear um problema que carece de outras soluções. A redução da evasão e infrequência escolar, por exemplo, deveria ser pensada a partir da garantia de serviços públicos de qualidade. Ao contrário disso, os programas condicionados quando conseguem

ampliar o acesso educacional a determinados segmentos, não modificam a situação do aproveitamento escolar, questão central que vem determinando a formação cada vez mais crescente de uma legião de analfabetos funcionais. O estabelecimento de condicionalidades possibilita ainda práticas de manipulação política, uma vez que os gestores públicos são avaliados por indicadores de resultados (como redução do índice de infrequência escolar). A melhora de determinados indicadores pode apontar evidências de um falso sucesso. Além disso, o fato dos domicílios apresentarem diferentes níveis de dificuldades de acesso aos serviços permite que o cumprimento das condições seja mais difícil para uns do que para outros. O princípio de se considerar as singularidades dos diferentes territórios cai por terra, uma vez que todos eles são tratados com a mesma rigidez.” (2009, p. 41)

Na citação acima a autora traz uma visão contrária ao Programa Bolsa Família, não considerando que as condicionalidades propiciem resultados positivos na prática, e sim uma maquiagem dos dados, com o intuito de atingir metas educacionais estabelecidas no sistema de ensino público.

Trazendo a discussão para o serviço social, as condicionalidades, além de proporcionar o desenvolvimento da família, também têm o intuito de deixar de ser um benefício meramente assistencialista, como o que se verificava retrocedendo ao serviço social da década de 30 no Brasil. Algumas famílias sofrem com a imposição das condicionalidades sim, no que diz respeito a deixar sua área de conforto, e buscar meios de romper com o ciclo da pobreza, porém, esse é um processo educacional a longo prazo.

De acordo com informações do *site* oficial do programa, este foi responsável pela diminuição de 53% da participação de crianças no trabalho agrícola, além de uma queda de 21% na desigualdade social entre 1994 e 2004 (PNUD, 2007).

Charla tem outro olhar sobre o programa, quando enfatiza que “existe uma acomodação por parte do beneficiário na busca do emprego formal, visto que o fato de receber uma renda fixa pode desligá-lo do programa” (2011, p. 10).

Em relação à visão da autora acima citada, realmente esse é um dos grandes desafios do programa, pois dentro do processo de construção educacional das famílias beneficiárias busca-se fazer com que elas entendam que o benefício é uma renda complementar e não a principal renda da família.

Nos casos de advertência do benefício, a família é informada através de mensagem no comprovante de saque, via correspondência ou mensagem eletrônica via celular, podendo recorrer ao gestor local do Programa Bolsa Família do seu município e reverter a situação, apresentando uma justificativa com relação ao motivo da falta, e assim regularizar a situação do seu benefício.

Bueno afirma que:

“A exigência de qualquer contrapartida possibilita que algumas pessoas sejam excluídas do acesso à renda mínima. Caso a pessoa não cumpra a exigência, independente dos motivos que determinam o não cumprimento desta, ela pode ter seu direito negado. Esta exigência de contrapartida introduz um caráter autoritário para as políticas públicas, estimulando o controle sobre a vida privada das pessoas.” (2009, p. 44)

Com relação à citação da autora, a identificação das famílias em descumprimento é muito importante para desenvolvimento do programa, aplicando o princípio da equidade que tem a equivalência e justiça como definição, o que nos remete à importância de dar oportunidade aos menos favorecidos, com o intuito de proporcionar oportunidades iguais a todos.

Pires ressalta:

“A teoria do capital humano entende que as diferenças nas capacidades adquiridas pela mão de obra ao longo do tempo são tributárias dos investimentos feitos no trabalho, entendido como capital. Como qualquer tipo de investimento, aquele realizado em si mesmo deve proporcionar um retorno futuro para seu proprietário. É nesse ponto que entra a educação dentro da teoria do capital humano, que passa a ser concebida como um bem intermediário, portanto investimento, cujo consumo promoveria o incremento de um conjunto de habilidades e destrezas, formadoras de capital humano.” (2013, p. 516)

A citação do autor nos leva a refletir sobre a importância da qualificação da mão de obra, da necessidade contínua de estar sempre investindo em novos conhecimentos, pois a oferta da mão de obra desqualificada, baseada no conhecimento comum, ocasiona o subemprego, o desemprego, em fim uma população vulnerável.

## **1.6 Processo de pagamento do benefício Bolsa Família**

O pagamento é realizado com recursos federais advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza, direto aos beneficiários, executado através da Caixa Econômica Federal, no qual é pago através de um cartão magnético, o cartão social Bolsa Família, podendo ser sacado em qualquer agência deste banco ou em casas lotéricas.

Para Mota:

“O Programa Bolsa Família envolve um grande volume de recursos financeiros sem precedentes na história das políticas sociais do Brasil, estando presente em todos os municípios brasileiros, alcançando quase a totalidade das famílias consideradas indigentes e pobres. Este programa representa o elemento alavancador das políticas atuais do sistema de proteção social brasileiro, é uma transferência monetária direta aos beneficiários, a admissão da família enquanto unidade de atenção social, a unificação dos programas

sociais, a proposta de articulação entre as políticas compensatórias, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa aos beneficiários faz com que essas condicionalidades imprimam ao sistema de proteção social um desafio para objetivar um intercâmbio entre setores.” (2010, p. 27-28)

O PBF é um programa estratégico de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, o qual situa-se no âmbito da Estratégia do governo federal, possuindo os seguintes objetivos: Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação de Adesão, pelo qual o município se compromete a instituir comitê ou conselho local de controle social e a indicar o gestor municipal do programa”

Pode-se considerar um grande avanço nas políticas públicas, fruto das lutas de classe. O Bolsa Família é sem dúvida um marco histórico na luta contra a erradicação da pobreza e no empoderamento das famílias de baixa renda.

### **1.7 Construção da rede integrada do SUAS no município de Sobral-CE**

Considerando as funções da política de assistência social, inicia-se a organização do SUAS em todo Brasil, com a oferta de programas, projetos e benefícios.

“O ano de 2004 constitui um marco na trajetória de construção do novo modelo de proteção social brasileiro, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a instituição do PBF e a aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Cria-se o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que é reconhecido como responsável pelo acompanhamento às famílias no âmbito da proteção social básica do Suas, prioritariamente às famílias beneficiárias do PBF e do BPC. Em 2005, com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas), regulamenta-se o Suas dando-se início a uma nova sistemática de gestão e de financiamento público, com repasses continuados e transferências regulares e automáticas operacionalizadas diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos municípios, Distrito Federal e estados.” (NOB-SUAS, 2005, p. 12)

Estavam, então, lançadas as bases estruturantes para a implementação, no Brasil, de um sistema público, democrático e participativo, com descentralização político-administrativa, primazia da responsabilidade do Estado e parceria com a sociedade civil, por intermédio da participação nos conselhos e das ofertas pelas entidades de assistência social.

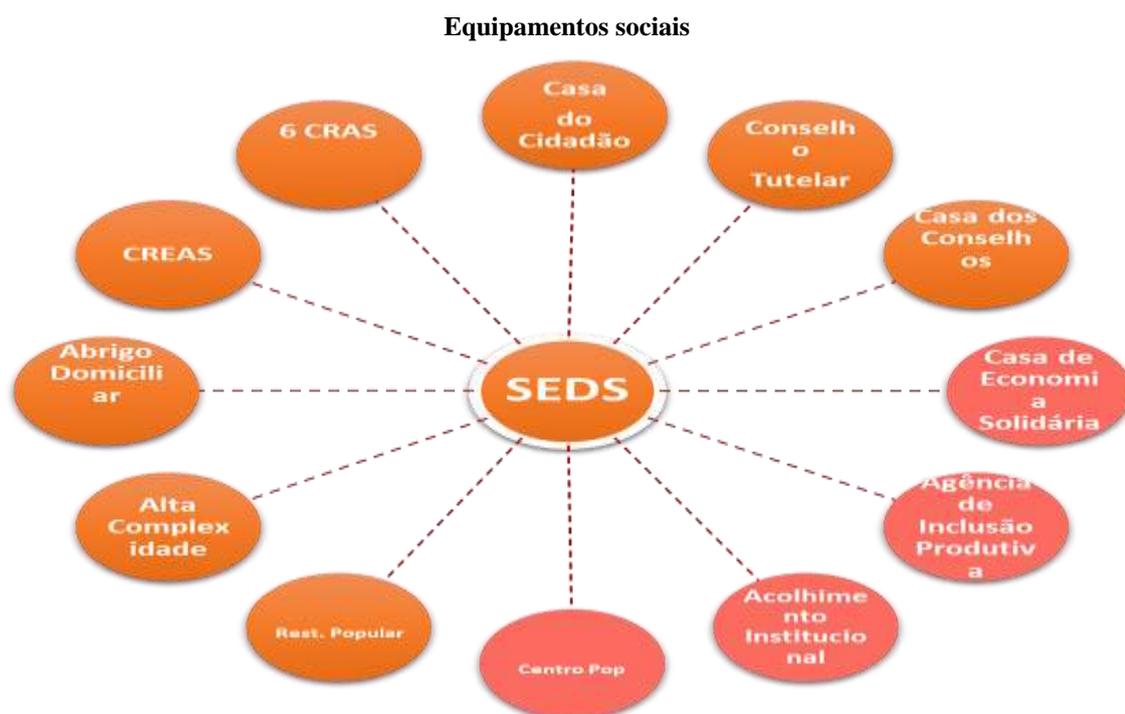
Contudo estes serviços devem propiciar:

“Segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia: visa afiançar condições dignas de sobrevivência em determinadas circunstâncias, por meio do acesso ao BPC, benefícios eventuais, transferência de renda do PBF e a outras oportunidades;

Segurança de convívio ou vivência familiar: pautada na centralidade da família e no reconhecimento do papel do Estado em apoiá-la, constitui um dos principais objetivos dos serviços do Suas, com destaque para os serviços responsáveis pelo acompanhamento familiar na proteção social básica e especial. Contempla a perspectiva de que vínculos familiares e comunitários são fundamentais para se assegurar condições protegidas de desenvolvimento humano e das relações familiares;

Segurança de acolhida: voltada à proteção em situações excepcionais, nas quais seja necessário prover o acolhimento provisório em serviços de acolhimento. Integra esta segurança também a perspectiva da postura acolhedora que deve orientar desde a organização da infraestrutura física dos equipamentos, até a postura ética, de respeito à dignidade e não discriminação, que deve estar presente no atendimento direto à população.”  
(NOB SUAS, 2005)

Com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a assistência social de Sobral-CE hoje está organizada da seguinte forma:



A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza – SEDS, criada em 07 de Fevereiro de 2013 (Lei Municipal n.º 1196).

Responsável pela organização das ações nos dois tipos de Proteção Social e a Gestão do Suas:

Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a famílias em situação de vulnerabilidade social e tem como porta de entrada o equipamento público do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Casa do Cidadão/Cadastro Único.

Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, os serviços são prestados pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro Pop - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para pessoas em situação de rua e Unidade de Acolhimento.

Gestão do SUAS, organiza, de forma descentralizada os serviços socioassistenciais de Sobral em consonância com os dois tipos de Proteção Social (Básica e Especial). Opera e monitora os principais sistemas municipais, estadual e federais que tem como eixo a Vigilância Social. Tem ainda o objetivo de fortalecer os órgãos de Assistência Social (incluindo a rede de entidades privadas de assistência social) para o pleno exercício do SUAS, do Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais, no seu âmbito de competência.

CRAS – Centro de referência da assistência social, ofertam serviços de proteção básica os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social que ampliam a capacidade protetiva da família e visam à prevenção de situação de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e conjunto de serviços locais de acolhida, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Art. 16. Lei do SUAS – SOBRAL

Além do Programa de atenção integral a família - PAIF os CRAS também ofertam o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV que realiza atendimento socioeducativo a todo ciclo de vida para 1.590 pessoas/mês, realizando atividades que ressaltam questão como:

- Autonomia;
- Protagonismo;
- Acesso aos direitos;
- Meio ambiente;
- Cultura local;
- Cidadania;

- Saúde.

Estes serviços são divididos por faixa etária de acordo com o reordenamento federal:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos: As atividades são realizadas com as crianças e as mães e proporcionando o fortalecimento de vínculos familiares.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 7 a 14 anos: As atividades são realizadas para fortalecer a cidadania, promover o protagonismo e dar acesso aos direitos.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos: As atividades são realizadas a fim de amenizar as violências territoriais e fortalecer os vínculos familiares e comunitários investindo no protagonismo juvenil.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos: As atividades realizadas promovem a interação entre os idosos dos territórios referenciados pelo CRAS. Realizamos o carnaval, a festa junina e o dia do idoso de forma conjunta com todos os idosos do município.

Casa do Cidadão/Cadastro Único: Programas Social – é um sistema que contém informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda agrupadas em um só lugar.

CREAS – Centro Especializado da assistência social, orienta e acompanha famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias. Os principais serviços ofertados pelo CREAS são:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social (SAS);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

O CENTRO POP oferece atendimento especializado à população adulta (18 a 59 anos) em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. Que algumas funções principais destinadas ao público que são:

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;

- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Atualmente a PSE de Alta Complexidade de Sobral, oferece assistência efetiva atendimento aos 5 Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes, para idosos e para pessoas em situação de rua.

As unidades de acolhimentos institucionais, sendo três delas de caráter filantrópico e duas municipais, respectivamente: Abrigo Sagrado Coração de Jesus, Abrigo Bom Samaritano, Casa São Francisco, Abrigo Domiciliar e Acolhimento Institucional que está em processo de implantação.

Além do suporte às unidades de acolhimento institucional, a equipe desenvolve o acompanhamento às famílias dos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa em Meio Fechado em Centros Educacionais de Fortaleza (através de reuniões mensais), habilitação das pessoas no Cadastro Nacional de Adoção e acompanhamento dos processos.

Os serviços têm como principais objetivos:

- Desenvolver a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários (família nuclear ou estendida);
- Incentivar a conquista de autonomia e independência individual, familiar e social, quando não for possível essa reinserção, encaminhar para o processo de destituição familiar e conduzir ao processo de adoção (no caso de crianças e adolescentes).

O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO, que visa trabalhar com as famílias público alvo da Assistência Social, por meio de ações que facilitem a sua inserção no mundo do trabalho. Possuindo estreita articulação com foco no Plano Brasil Sem Miséria.

A principal e maior parceria do Acessuas é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, já que este proporciona aos usuários a sua qualificação por meio de cursos de formação inicial e continuada, desenvolvendo ações de articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento dos usuários aos cursos.

A Agência de Inclusão Produtiva de Sobral foi criada 16 de Maio de 2014 e trata-se de um espaço para a incluir no mercado de trabalho, profissionais qualificados pelos cursos do PRONATEC/BSM.

O Projeto Gente Solidária é uma política integrada de apoio a Economia Solidária, fruto de uma articulação entre o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de

Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Prefeitura Municipal de Sobral/Ceará, com o intuito de desenvolver um conjunto de ações visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias e, assim, contribuir para o desenvolvimento local e territorial sustentável.

O objetivo do Projeto é implantar ações integradas de Economia Solidária no município de Sobral, com gestão intersetorial e foco na inclusão sócio produtiva.

O Projeto Tô na Área, trata-se do trabalho com jovens egressos de medidas socioeducativas - MSE, sendo uma estratégia da Prefeitura Municipal de Sobral através da SEDS, em parceria com o CMDCA e Grupo Votorantim/VIA que visa propiciar, através de suas ações articuladas, a inclusão produtiva de forma sustentável de jovens, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. Promover a incubação e assistência técnica a 2 Empreendimentos Econômicos Solidários e redes de cooperação

O objetivo final do projeto é contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes/jovens na busca por novos projetos de vida através de ações integradas de economia solidaria, promovendo assim a inclusão produtiva destes.

É nesse formato que hoje se apresenta a rede de serviços socioassistenciais de Sobral.

**CAPÍTULO II.**  
**PERGUNTA DE PARTIDA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS**  
**METODOLÓGICOS**

## **2.1 Pergunta de partida**

O desenvolvimento de uma pesquisa de cunho científico resulta de uma vontade de conhecer algo. Tal vontade, porém, não se limita a uma simples curiosidade. Deve ser sistematizada e seguir rigorosos procedimentos. O foco principal reside na tentativa de melhor entender o problema, bem como de compreender os motivos do sucesso (ou do fracasso) da hipótese testada.

Assim, chegou-se à seguinte pergunta de partida:

Quais os impactos causados pelo benefício assistencial na educação do município de Sobral-CE nos dez anos de programa Bolsa Família?

## **2.2. Objetivos**

A pesquisa tem como:

### **2.2.1 Objetivo geral:**

Conhecer o índice de aprovação escolar dos alunos bolsistas no Município de Sobral-CE.

### **2.2.2 Objetivos específicos:**

- Identificar as famílias beneficiárias participantes do programa;
- Analisar a percepção destas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Compreender a percepção destas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto à sua importância e influência na educação das crianças.

## **2.3 Procedimentos metodológicos**

### **2.3.1. Tipo de Pesquisa**

A pesquisa aqui desenvolvida tem como base o referencial teórico construído através da pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa. A pesquisa bibliográfica por permitir de

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

acordo com Koche “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas já existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de problema” (1997, p. 122). Este método possibilita dar cientificidade ao tema estudado, o que leva a conhecer com verdade a construção de toda uma história.

Outro método utilizado será pesquisa quantitativa, que é o método que permite traduzir tudo aquilo que é quantificável, ou seja, traduzir informações ou respostas em números. Esse método permite analisar os dados e por fim chegar a uma conclusão. Este método é bastante usado em pesquisas estatísticas, podendo ser usado percentagens, média e coeficiente de correlação

De acordo com Fonseca:

“Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.” (Fonseca. 2002, p. 20)

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Para Gil (2007) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para a construir a pesquisa quantitativa foi utilizado questionário com 33 perguntas objetivas, acessíveis e de fácil compreensão para os usuários. O questionário foi construído juntamente com a equipe técnica do serviço social da Casa do Cidadão, com base nos questionamentos realizados durante os atendimentos diários. Assim foi elaborado o questionário a ser aplicado aos usuários do Programa Bolsa Família.

O questionário contempla aspectos delimitados e indicadores, a fim de identificar aspectos socioeconômicos como educação, alimentação, distribuição da renda, inserção do benefício na família. Assim para Chizzotti, questionário é:

“Consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.” (2001 p. 55)

O questionário utilizado consiste em um conjunto de questões fechadas, com opções de escolha da letra A a E, que permite ao pesquisador definir as alternativas que podem ser apontadas pelo pesquisado, que deve assinalar aquela(s) que mais se ajusta(m) às suas características, ideias ou sentimentos. O questionário deve possuir linguagem de fácil compreensão para que se consigam respostas honestas e fidedignas.

De acordo com Marconi e Lakatos “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (1999, p. 100).

### **2.3. 2 Universo**

A indicação da população beneficiária foi realizada com base na Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, obedecendo aos critérios nacionais priorizando o atendimento as famílias de baixa renda.

A caracterização da população beneficiária foi constituída a partir dos dados tabulados dos cadastrados socioeconômicos das 50 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Ressalte-se para fins de análise que foi escolhido o titular ou responsável pelo cadastro socioeconômico.

Neste diagnóstico procurou-se conhecer primeiramente dados gerais referente ao programa Bolsa Família no município de Sobral-CE, como também os resultados da análise realizada a partir dos questionários aplicados junto aos beneficiários, tendo como intuito, revelar o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes da pesquisa como também conhecer o índice de aprovação escolar no município de Sobral, e a percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto à sua importância e influência na educação das crianças enfocando dados referentes à faixa etária, composição e renda familiar, rendimento escolar, condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Tem-se como campo de pesquisa os alunos do 5 e 6 ano da Escola Municipal A, localizada no bairro Terrenos Novos no município de Sobral-CE.

O fortalecimento dos programas sociais tem como intuito a redução de pobreza no Brasil. Com aporte crescente das políticas públicas, observa-se o impacto gerado na vida da população beneficiária. Iniciou-se com dados gerais do município referente ao programa Bolsa Família, ano de 2015.

### **2.3. 3 Sujeitos**

Fizeram parte desse estudo 50 famílias do CADUNICO, beneficiários do programa Bolsa Família no ano de 2016 e que possuem crianças em idade escolar entre 10 a 12 anos, da escola A. O questionário foi realizado com o titular do benefício, cartão/benefício.

### **2. 3. 4 Instrumentos**

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um “conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional” (Martinelli, 1994, p. 137).

O uso dos instrumentais técnico-operativos pode ser visto como uma estratégia para a realização de uma ação na prática profissional, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma “unidade dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental “abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades” (Martinelli, 1994, p. 138).

Os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social são: folha de produção diária, conversas informais, documentação, Reunião, observação, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, relatórios e visitas domiciliares ou institucional.

Para realização desta pesquisa foi utilizado a entrevista, ficha de cadastro(questionário), visita institucional, observação.

### **2. 3. 5 Procedimentos**

A pesquisa seguiu a seguinte ordem:

- 1- Construção do instrumental da pesquisa e sujeitos da pesquisa;
- 2- Mobilização das famílias;
- 3- Aplicação do questionário;

4- Tabulação dos dados coletados;

5- Análise estatística dos dados coletados através de tabelas e gráficos.

Para realização desta pesquisa buscou-se primeiramente identificar o tema a ser trabalhado e assim delimitá-lo. O segundo passo foi construção do instrumental de trabalho “questionário” e identificação das famílias participantes da pesquisa, nas quais foram identificadas primeiramente de acordo com a relação nominal de formação de cada turma na escola. Em seguida foram selecionadas as Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. De posse da relação nominal foi realizada a busca no sistema do CADUNICO para obtenção de dados como endereço, etc. Após identificá-las, foi realizada a mobilização das famílias através de carta convite, para se fazer presente a Casa do Cidadão de acordo com a data e horário agendado. No entanto no decorrer deste processo de mobilização está pesquisadora deparou com algumas dificuldades, uma delas e mudança de endereço para envio do convite, contando desta forma, com a colaboração dos professores da escola para a localização destas famílias. Ressalto aqui a colaboração da secretaria de educação do município que contribuiu diretamente para realização desta pesquisa. No decorrer da aplicação do questionário houve algumas famílias que não compareceram na data e horário marcado. No total foram encaminhados 50 cartas convites, destas 31 compareceram pontualmente no horário previsto, sendo 19 remarçadas e realizadas no mês seguinte, na qual compareceram de acordo com agendamento da segunda chamada, esse fato que justifica o atraso para a conclusão desta etapa da pesquisa.

Quanto a aplicação do questionário em si, sentiu-se uma certa dificuldade por parte do beneficiário em responder questões relacionadas as condicionalidades, ou a permanência desta. Algumas famílias não souberam informar o porquê das faltas das crianças a escola, ou acompanhamento da saúde.

De posse dos dados passou-se para etapa seguinte que é a somatória das informações ou tabulação dos dados, para enfim chegar a um produto final.

No capítulo seguinte será apresentado os dados resultados obtido na pesquisa, esses serão apresentados na forma de tabelas e gráficos para melhor entendimento.

**CAPÍTULO III.**  
**APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RESULTADOS DA**  
**PESQUISA**

### 3.1. Características gerais do município de Sobral-CE

De acordo com IBGE/2015 Sobral possui 201. 756 mil habitantes, localizada a 240 km da capital.

“A origem do município de Sobral remonta ao primeiro quartel do século XVIII, devido ao fluxo migratório proveniente da criação de gado, onde os tropeiros, responsáveis pela condução das comitivas e pelo transporte de mercadorias de uma localidade para outra, se embrenhavam pelo interior cearense, instalando-se às margens dos rios Jaguaribe e Acaraú. Por volta de 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, procedente do Rio Grande do Norte, instalou a Fazenda Caiçara, considerada berço do município, surgindo assim ao seu redor às primeiras moradias. Tempos depois, sua mulher doou cem braças quadradas de terras a Igreja matriz de N. S. da Conceição, hoje conhecida como Igreja da Sé, sendo assim, no ano de 1773 foi elevada à categoria de Vila com denominação Vila Distinta e Real de Sobral. As excelentes condições de clima, a fertilidade do solo, contribuíram para que se desenvolvesse no local um povoado que se tornou o mais populoso dentre os seus vizinhos. No ano de 1941, através do Decreto n.º 229, do Presidente Martiniano de Alencar, a cidade recebe a denominação de Januária do Acaraú e no ano seguinte o município passa a se chamar Sobral. A palavra, de origem latina, quer dizer abundância de sobreiros (SOBREIRO é uma espécie de árvore de cujo tronco se extrai a cortiça).”<sup>17</sup>

Na segunda metade do século XVIII com o sucesso econômico do ciclo da carne de sol e de charque, o desenvolvimento de Sobral chegou a superar o de Fortaleza, sendo assim uma das mais importantes cidades do Ceará junto com Icó, Aracati e Juazeiro. A localização geográfica privilegiada, estando no entroncamento de várias estradas importantes, possibilitou um maior desenvolvimento do município, tanto comercial, quanto no que se refere às artes e a cultura. Desta forma, Sobral adquiriu destaque no cenário político e econômico a nível estadual e nacional. Neste contexto, a cidade evoluiu suas potencialidades no mercado produtivo e comercial e atualmente se constitui como um dos principais polos econômicos do Estado do Ceará, tendo a indústria e o comércio como as principais atividades produtivas geradora de emprego e renda.

Contudo, o município atualmente ainda não comporta toda a mão de obra no mercado formal, havendo ainda uma parcela da população sem renda fixa. Essas famílias em sua grande maioria acaba fazendo parte do banco de dados do Cadastro Único ou Programa Bolsa Família.

### 3. 2. Apresentação dos dados da pesquisa

Ao iniciar a pesquisa procurou-se primeira ter noção dos dados gerais do programa Bolsa Família, para iniciar fazendo associação entre eles.

---

<sup>17</sup> <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php>>

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação.

**Quadro 1. Famílias cadastradas e beneficiárias**

<b>CADASTRO ÚNICO 2015</b>		
<b>Ano</b>	<b>Famílias cadastradas</b>	<b>Famílias beneficiárias</b>
2013	27.591	19.918
2015	33.477	17.755

RI Bolsa Família 2015

O quadro acima, mostra que no 14% são cadastradas do programa Bolsa Família no ano de 2013, sendo 17% no ano de 2015 em relação a população de 188.233 (IBGE 2010). Já em relação as famílias cadastradas ano de 2013, 72% são famílias beneficiárias do programa, sendo 53% no ano de 2015.

**Quadro 2. Famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015**

<b>Famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015</b>	
Famílias com renda per capita familiar de até R\$77,00	2.108
Famílias com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;	.427
Famílias com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;	1.434
Famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo.	.508

RI Bolsa Família 2015

O Quadro 02, faz amostra das 33.477 famílias cadastradas no Cadastro Único, divididas por renda per capita. Pode-se observar um elevado de número de famílias com renda per capita de até R\$ 77,00 reais. Um número ainda bastante elevado de famílias em situação de extrema pobreza, que aguardam pelo benefício.

**Quadro 3.** Famílias cadastradas em dezembro- 2015

	<b>Famílias</b>	<b>Pessoas</b>
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	12.108	41.502
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	6.427	25.113
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	11.434	38.975
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	3.508	8.120

RI Bolsa Família 2015

O quadro faz relação entre famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único no ano de 2015.

**Quadro 4.** Acompanhamento das condicionalidades em educação – 2015

<b>Público</b>	<b>Pessoas cadastradas</b>	<b>%</b>	<b>Pessoas atendidas</b>	<b>Frequência abaixo 85%</b>	<b>Frequência acima 85%</b>	<b>Sem informação de frequência escolar</b>
Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos (Educação)	16.810	96,20%	16.165	15.634	531	645
Jovens entre 16 e 17 anos (Educação)	5.155	78,60%	4.054	3.675	3.799	1.101

RI Bolsa Família 2015

Amostra do percentual de acompanhamento das condicionalidades da educação no ano de 2015. Pode-se observar que há uma maior evasão do programa dos jovens de faixa etária de 16 a 17 anos. Com base nos atendimentos realizados no dia a dia, nessa faixa etária há uma maior evasão por motivos diversos, como desinteresse do aluno, conflito de território, gravidez na adolescência dentre outros.

**Quadro 5.** Acompanhamento das condicionalidades de saúde – 2015

<b>Acompanhamento condicionalidades de saúde – 2015</b>				
<b>Público</b>	<b>Pessoas cadastradas</b>	<b>Percentual de acompanhamento</b>	<b>Pessoas atendidas</b>	<b>Condicionalidades da saúde informada</b>
Famílias acompanhadas (saúde)	16.232	85,30%	13.851	13.107

RI Bolsa Família 2015

No quadro acima pode-se observar que o acompanhamento da saúde é inferior em relação aos acompanhamentos da educação. Algumas famílias informaram que ainda desconhecem esta condicionalidade, por este motivo não dão tanta atenção a esta condicionalidade.

**Quadro 6.** Acompanhamento dos repercussões e recursos

ANO	TIPO DE DESCUMPRIMENTO						TOTAL	RECURSOS LANÇADOS						TOTAL
	ADVERTÊNCIA		BLOQUEIO		SUSPENSÃO			ADVERTÊNCIA		BLOQUEIO		SUSPENSÃO		
	BFA	BVJ	BFA	BVJ	BFA	BVJ		BFA	BVJ	BFA	BVJ	BFA	BVJ	
2013	2249	671	1060	304	512	255	5051	12	14	881	62	419	32	1420
2014	2263	878	872	342	341	230	4926	791	476	715	273	314	206	2775
2015	2763	1537	364	168	167	90	5089	2763	1537	364	168	167	90	5089
2016	638	229	78	34	28	10	1017	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7913	3164	2324	1043	1054	585	16083	3566	2027	1960	503	900	328	9284

RI Bolsa Família 2015

O quadro acima faz um resumo dos tipos de descumprimento, como também dos recursos lançados, que é o acompanhamento, referente a gestão em vigência, que vai de (2013 a 2016). Pode-se observar que houve uma diminuição considerável nos números de advertência, bloqueio e suspensão até 09/2016, mérito alcançado com base no acompanhamento familiar, na educação e orientação continuada realizada pela equipe técnica do CRAS. Ressalta-se também o lançamento dos recursos das condicionalidades do ano de

2015, com 100% de lançamento realizado. Esse é um dado relevante, pois além de atender a meta de acompanhamento familiar, a meta atingida interfere diretamente no valor do repasse do recurso do Índice de Gestão Descentralizada – IGD/PBF. Para atingir a meta a gestão do município adotou uma nova estratégia, que foi a contratação de duas técnicas de serviço social para realizar atendimento das famílias, visitas domiciliares e alimentação dos sistemas.

**Quadro 7.** Acompanhamento das regras de permanência

REGRA DE PERMANÊNCIA (ano da última atualização)	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NA REGRA DE PERMANÊNCIA (segundo a última base de março/16)	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NA REGRA DE PERMANÊNCIA (Junho/16)
2013	01	0
2014	484	429
2015	959	959
2016	137	137
<b>TOTAL</b>	<b>1.581</b>	<b>1.525</b>

**RI Bolsa Família 2015**

O Quadro 07 mostra a quantidade de famílias que ainda permanecem como beneficiários ativos, mesmo saindo do perfil exigido pelo programa. A regra de permanência garante ao beneficiário até dois anos de pagamentos caso a renda per capita da família varie até o limite de meio salário mínimo por mês.

### **3.2.1 Caracterização da população beneficiária**

No Brasil o programa atende cerca de 13,8 milhões de famílias (MDS 2016). Não se pode deixar de referir as famílias de baixa renda, Sobral possui hoje 33.414 cadastradas no CADUNICO, o que corresponde a 113.101 pessoas cadastradas, destas 17.744 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que correspondem 64.344 pessoas beneficiárias com do programa Bolsa Família. Das famílias cadastradas 954 famílias ainda estão em situação de extrema pobreza, não recebem nenhum benefício o que corresponde a 3.115 pessoas (CADUNICO/CECAD 2016)

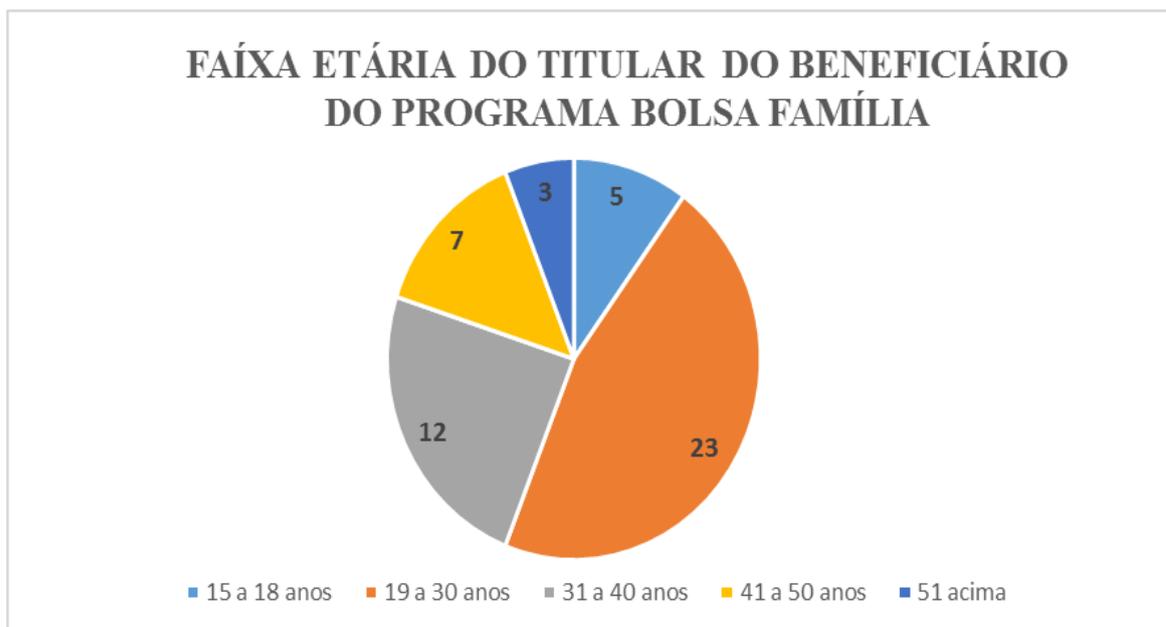
### 3.3 Pesquisa de campo

Para iniciar esta pesquisa procurou-se identificar quem eram os titulares do benefício e assim fazer relação entre eles.

A pesquisa de campo descrita neste capítulo propõe uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica. Segundo José Filho “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (2006, p. 64). A tentativa de conhecer qualquer fenômeno constituinte dessa realidade busca uma aproximação, visto sua complexidade e dinamicidade dialética. Porém, não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo. A presente pesquisa traz como objeto de estudo conhecer primeiramente dados gerais referente ao programa Bolsa Família no município de Sobral-CE, como também os resultados da análise realizada a partir dos questionários aplicados junto aos beneficiários, tendo como intuito, revelar o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes da pesquisa como também conhecer o índice de aprovação escolar no município de Sobral, e a percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto à sua importância e influência na educação das crianças enfocando dados referentes à faixa etária, composição e renda familiar, rendimento escolar, condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Assim sendo, esse estudo envolveu um levantamento bibliográfico que perpassou toda a elaboração deste trabalho, com o propósito de compreender para explicar a realidade estudada.

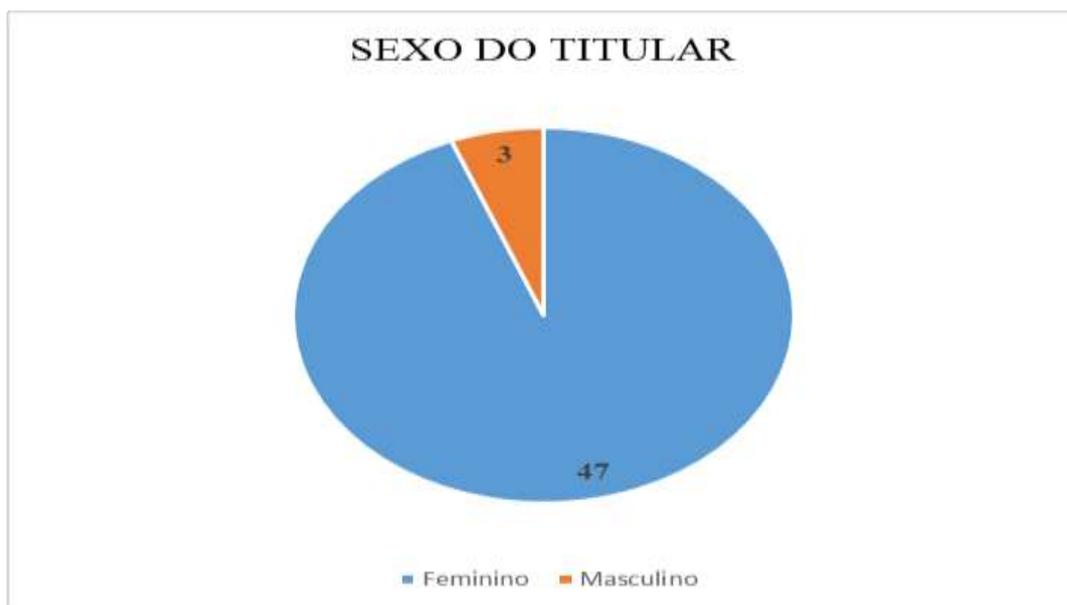
#### **Gráfico 1.** Distribuição etária dos beneficiários do Programa Bolsa Família



Fonte: Questionário 2015

Das pessoas entrevistadas, pode-se constatar de acordo com o gráfico 01 maior percentual de beneficiários com Programa Bolsa Família, está na faixa etária entre 19 a 30 anos, corresponde a 23 pessoas das 50 pessoas entrevistadas. Destaca-se que o menor percentual está relacionado com a faixa etária acima de 51 anos, com apenas 3 pessoas das 50 entrevistadas.

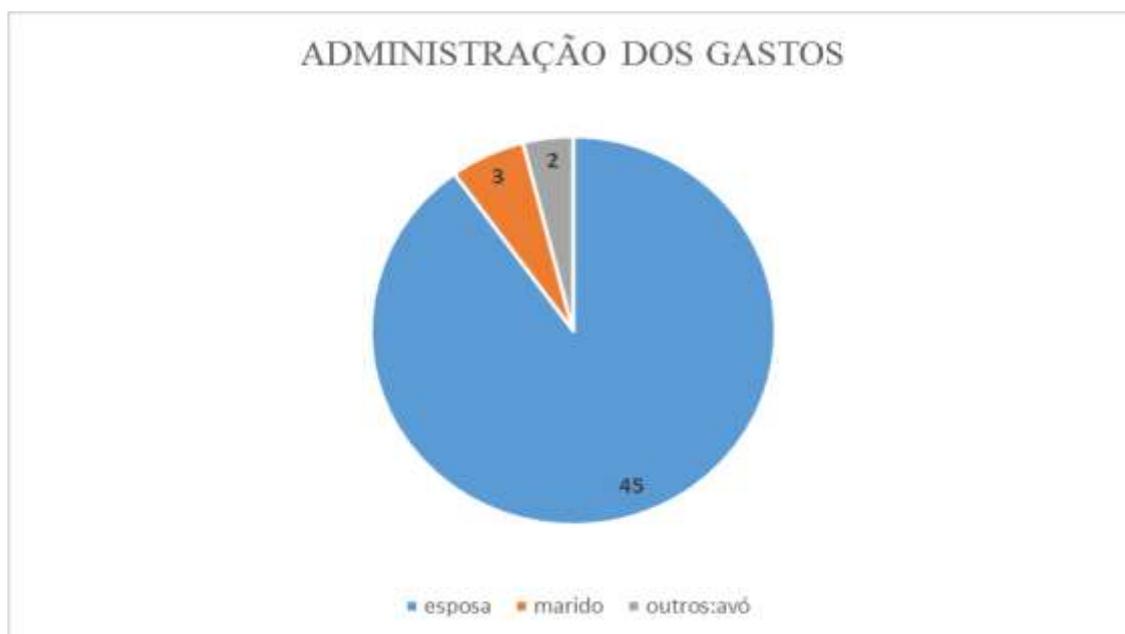
**Gráfico 2.** Distribuição por Sexo dos beneficiários do Programa Bolsa Família



Fonte: Questionário/2015

Com relação ao sexo do titular do cartão no Gráfico 02 das 50 pessoas entrevistadas 47 pessoas pertencem ao sexo feminino e somente 3 são do sexo masculino, o fato se dá devido um dos critérios do programa Bolsa Família em ter a titularidade feminina que é quando as mulheres tem prioridade ou seja, são detentoras do direito da posse do benefício, de assumirem sozinhas a posse e a administração do benefício, evidenciando uma aceitabilidade desta política.

**Gráfico 3.** Distribuição administração dos gastos



Fonte : Questionário/2015

Conforme o gráfico acima pode-se constatar que a decisão sobre a administração dos gastos do benefício fica na responsabilidade da esposa com 45 das respostas. Tradicionalmente, nos papéis sociais de gênero, os homens são os encarregados de tudo que envolve dinheiro. O Programa Bolsa Família dá preferência a pôr esses benefícios no nome da mulher, sendo ela, então, a responsável pela distribuição dessa ajuda de custo de acordo com as necessidades de sua família. A escolha pela titularidade da Bolsa Família à mulher se dá por causa da ideia de que as mulheres conhecem melhor a organização familiar e, por isso, sabem escolher as prioridades de aplicação do dinheiro. Por esse lado, pode-se dizer que há uma manutenção da visão tradicional de gêneros, pois considera a mulher como “a pessoa que sabe do lar”. Por outro, é justamente isso que a empodera, pois lhe dá autonomia para tomar as decisões econômicas da família, não dependendo do marido para isso. Sendo titular do recebimento da ajuda de custo concedida pelo Programa Bolsa Família, a mulher passa a ter o poder de administrar esse dinheiro, não sendo mera participante da distribuição de renda

familiar, mas protagonista da mesma. Isto, é claro, acaba tendo consequências na própria independência dessas mulheres, contribuindo para sua emancipação.

**Gráfico 4.** Distribuição quanto a tipologia do trabalho



Fonte: Questionário /2015

Conforme o gráfico acima 22 pessoas dos entrevistados relatam já ter trabalhado com carteira assinada, sendo que 17 pessoas nunca trabalhou. Isso se justifica por sua grande maioria dos beneficiários do programa Bolsa Família são mulheres, responsáveis pelos cuidados com as tarefas domésticas e cuidados com a família.

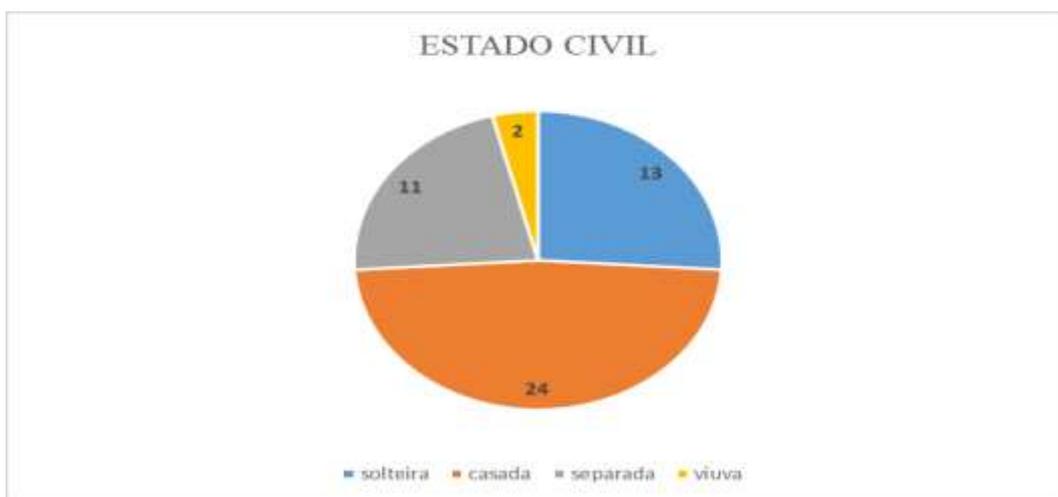
**Gráfico 5:** Quanto aos tipos de ocupação



Fonte: Questionário /2015

Observam-se as várias ocupações citadas pelos entrevistados, dentre elas os maiores índices foi 11 pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho, e as donas de casa ou “do lar” com 5 pessoas. É importante destacar que se relacionar com os dados do gráfico (sexo do titular) que em sua amostra 47 dos beneficiários são de mulheres, logo se pode se afirmar que as mulheres, mesmo as das camadas mais pobres, estão inseridas no mercado de trabalho, mesmo este sendo informal ou não.

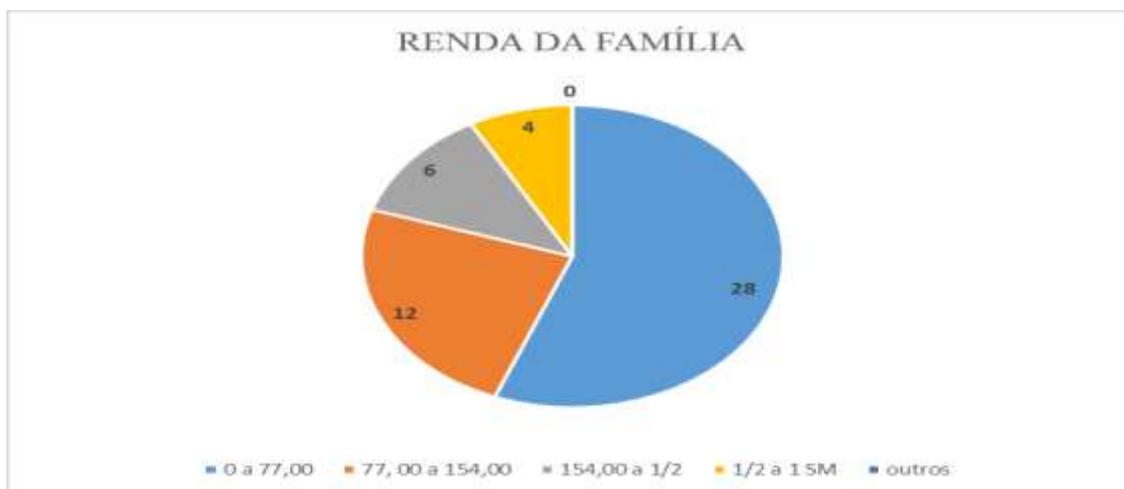
**Gráfico 6.** Distribuição por estado civil dos beneficiários do Programa Bolsa Família



Fonte: Questionário /2015

Com relação ao estado civil 24 dos entrevistados são casados, no entanto dos demais observa-se que o conceito de família patriarcal, construída pelo pai, mãe e filhos, vem sendo alterada, constituídas novos arranjos familiares.

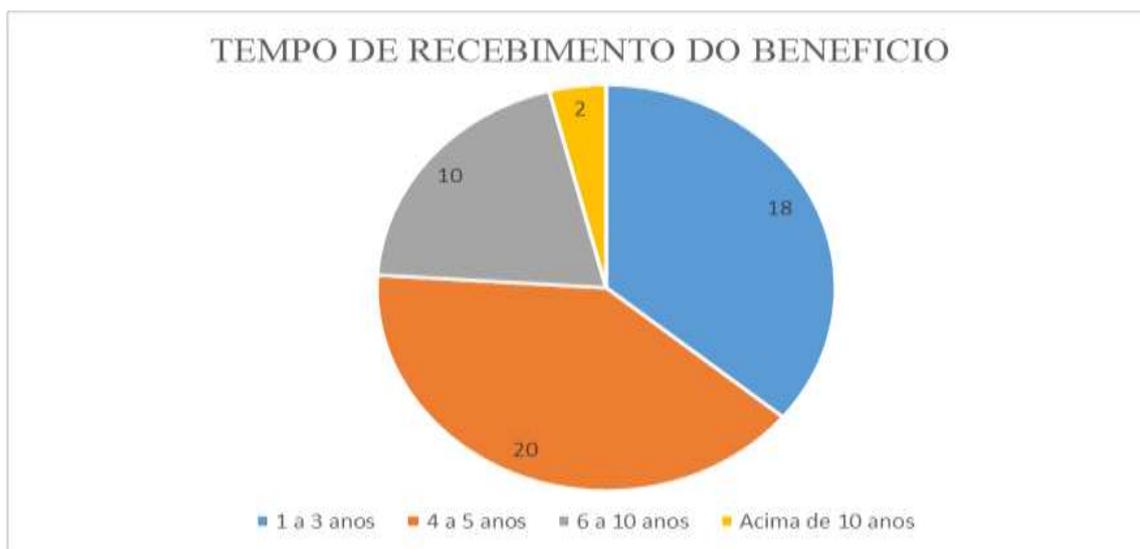
**Gráfico 7.** Distribuição de renda



Fonte: Questionário/2015

Observa-se neste gráfico que as famílias possuem renda variável de 0 a 01 salário mínimo, 28 dos entrevistados informaram possuir renda variável de 0 a 77,00. Essas famílias são caracterizadas como famílias em situação de extrema pobreza. Essas famílias são identificadas e encaminhadas para rede socioassistencial para ser incluídas nos grupos de acompanhamento familiar do CRAS.

**Gráfico 8.** Período de recebimento do benefício

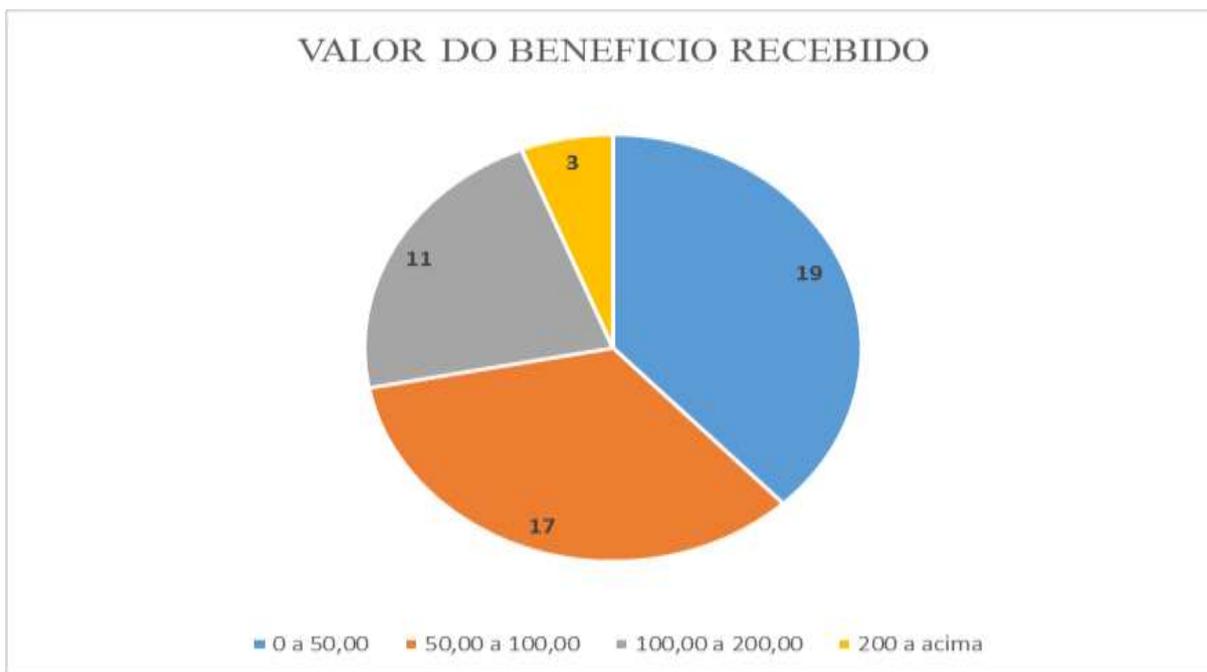


Fonte: Questionário/2015

Quanto ao tempo de recebimento do benefício, conforme demonstrado no gráfico, observa-se um alto índice de 20 pessoas que de 6 a 10 anos, ainda não conseguiram superar o estado de pobreza em que estão inseridos.

Esse fato nos leva a refletir que o benefício por si só não realiza a mudança na vida das famílias, por este motivo é indispensável inserir estas famílias em toda rede socioassistencial de garantia de direitos e acompanhar para que haja efetividade ou seja resultado positivo do trabalho.

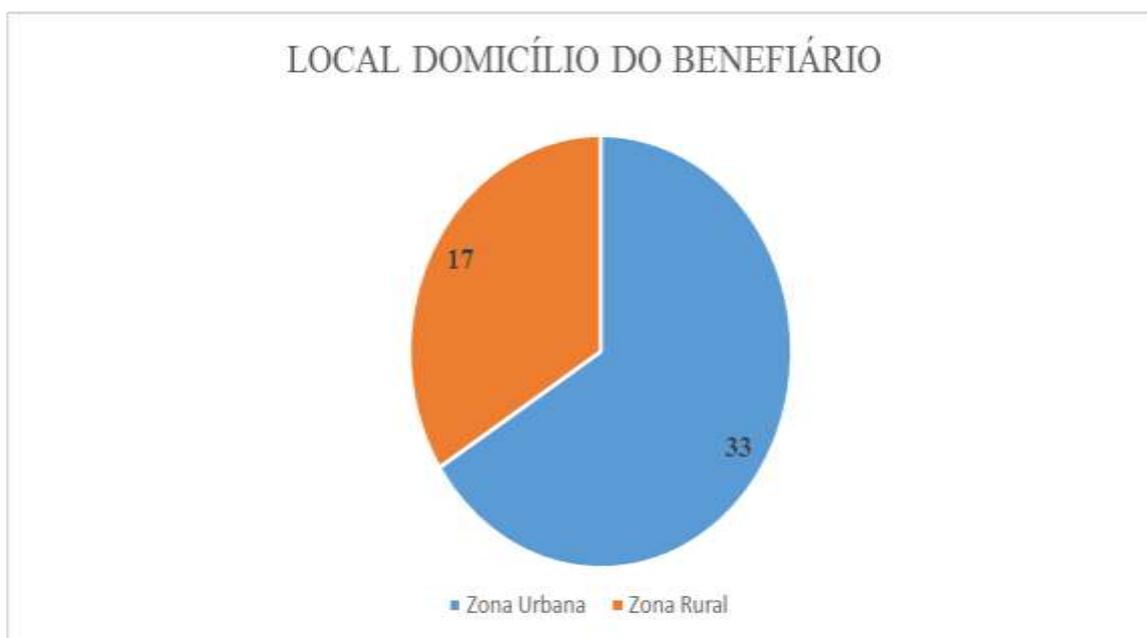
**Gráfico 9.** Valor do benefício recebido



Fonte: Questionário/2015

Das famílias que recebem o benefício Bolsa Família, destaca-se que maior número 19 ainda recebem no menor teto do programa que valor variável de 0 a 100,00, por mês, valor que não supre as necessidades básicas imediatas.

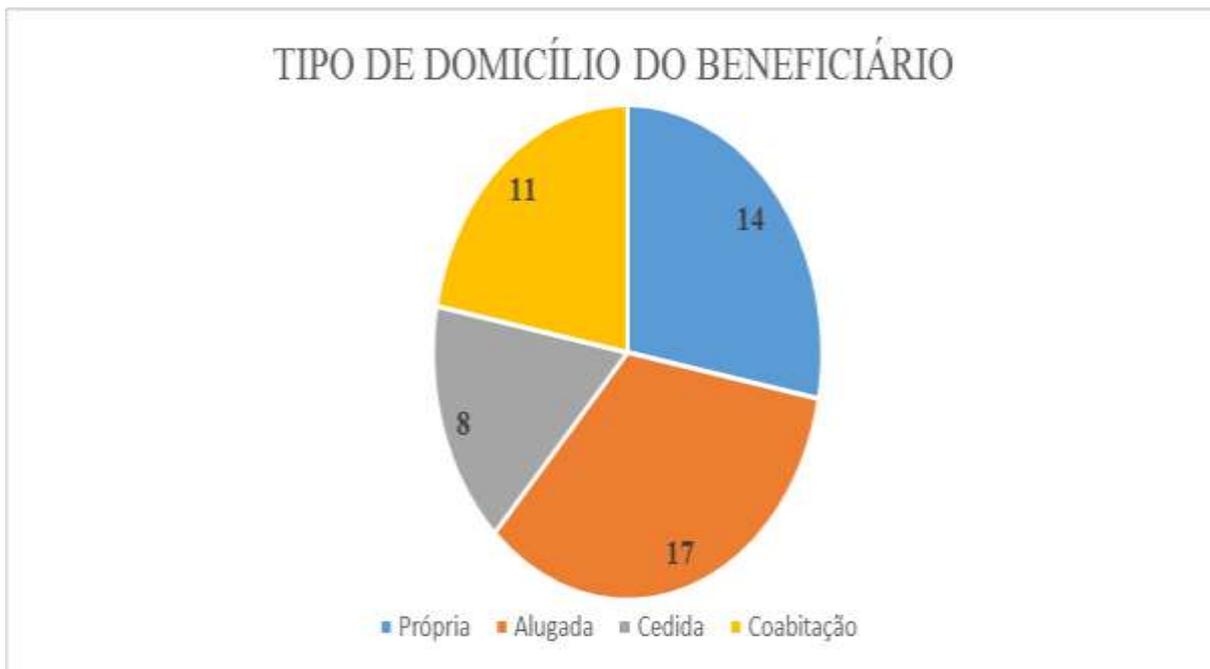
**Gráfico 10:** Local de moradia



Fonte: Questionário/2015

Conforme aponta o gráfico acima este refere-se às condições de moradia. O Gráfico 10 mostra que a maior parcela da população entrevistada 33 pessoas residem na zona urbana, enquanto 17 pessoas residem em localidades rurais próximas a sede urbana. Muitas localidades da zona rural possui escola com sede própria, As demais localidades que não possui escolas, o deslocamento destas crianças é realizado com transporte escolar público.

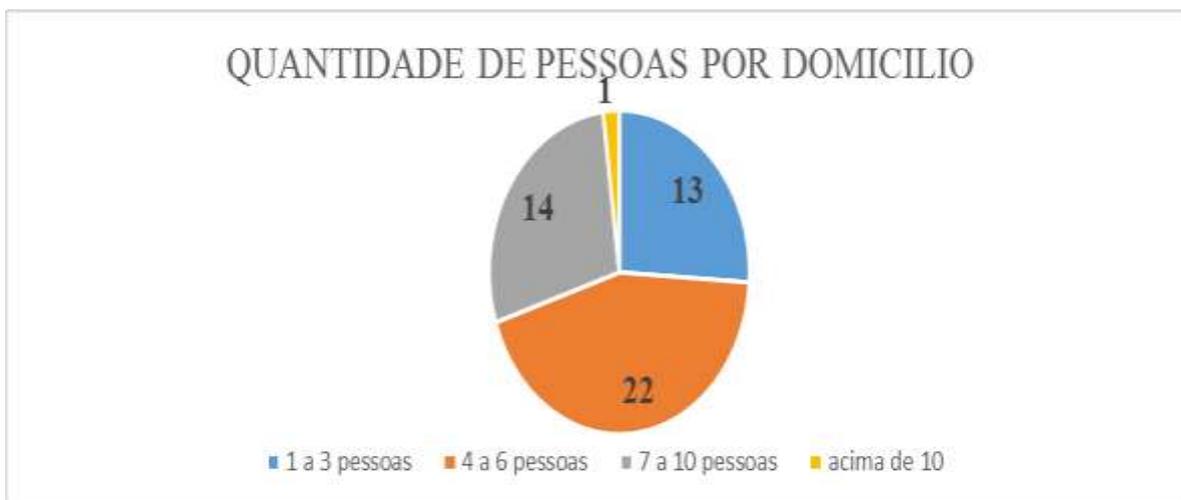
**Gráfico 11.** Distribuição por Tipo de moradia dos beneficiários do Programa Bolsa Família



Fonte: Questionário/2015

No gráfico acima verifica-se uma amostra da forma de moradia, na qual maior parte da população entrevistada 17 responderam que reside em casa alugada, realidade de grande parte da população do município. Destaca-se ainda a coabitação que é o habitar em comum com mais de uma, duas ou três famílias na mesma residência, 11 pessoas, é um número considerável no universo de pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

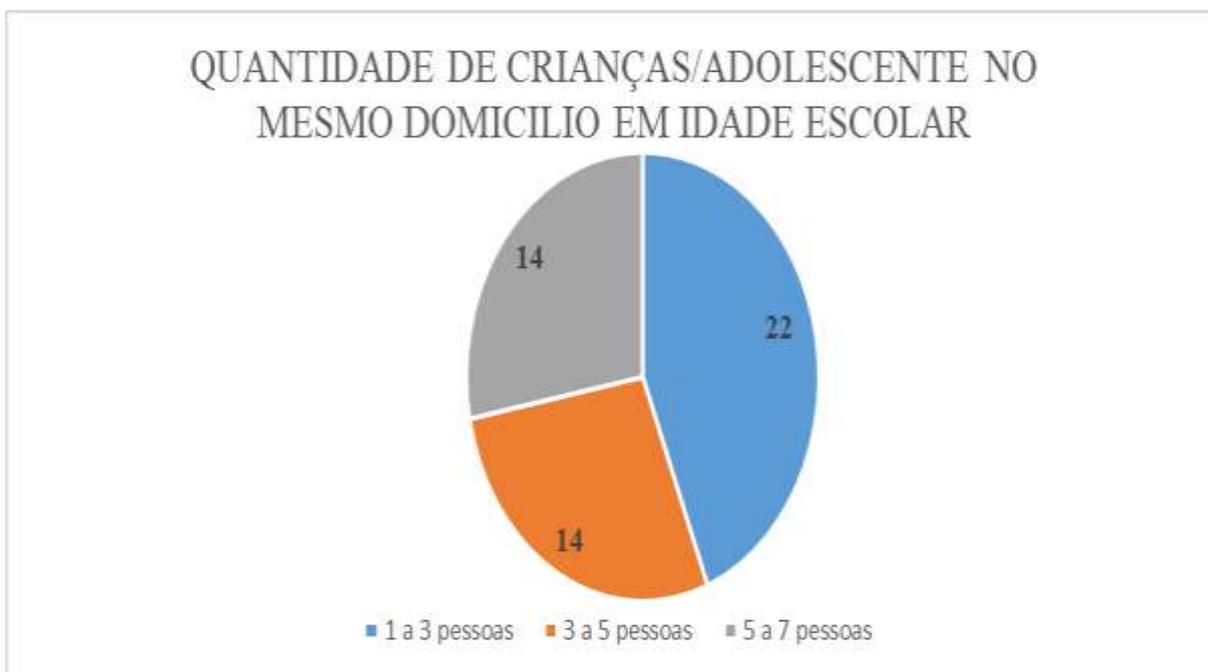
**Gráfico 12.** Quantidade de moradores por domicílio



Fonte: Questionário/2015

O gráfico acima nos mostra a quantidade das famílias por imóvel, 22 entrevistados tem de 4 a 6 pessoas, e logo em seguida 14 pessoas responderam que possuem família com 7 a 10 pessoas. Nesse último caso verifica-se uma família numerosa, podendo haver mais de uma família morando no mesmo domicílio.

**Gráfico 13.** Quantidade de moradores por domicílio em idade escolar

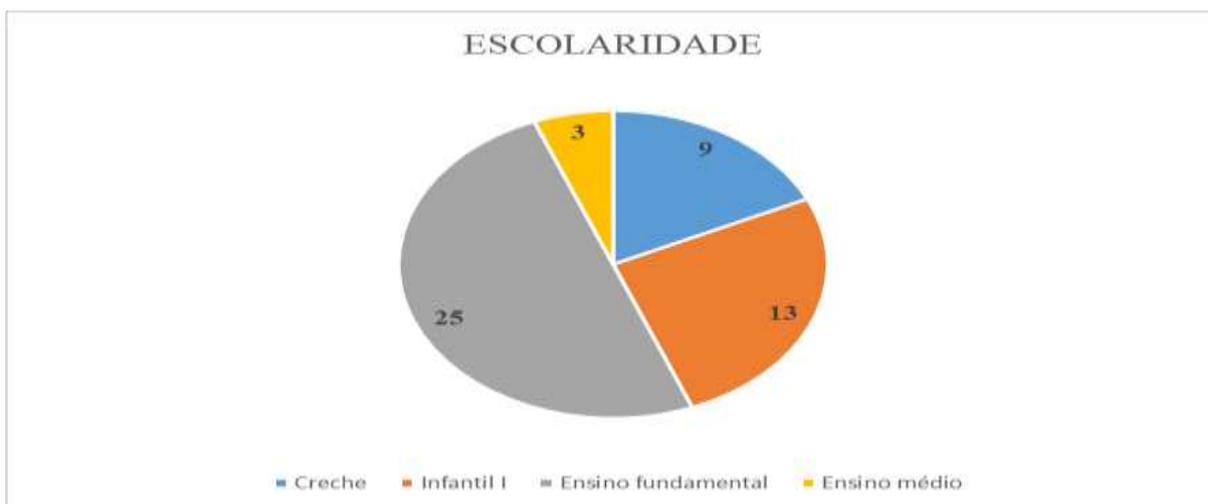


Fonte: Questionário/2015

O gráfico acima apresenta praticamente a metade dos entrevistados com 22 pessoas, que corresponde a 1 a 3 crianças em idade escolar no mesmo domicílio, as duas opções

permaneceram com resultado equivalente. De acordo com as regras do programa o benefício pode ser concedido para até três crianças por família/domicílio, porém observa-se ainda que há famílias nas quais existem crianças não inseridas no programa. Com relação ao gráfico anterior que, apesar da numerosidade das famílias, estas não são em sua grande maioria de crianças da faixa etária entre 10 a 12 anos.

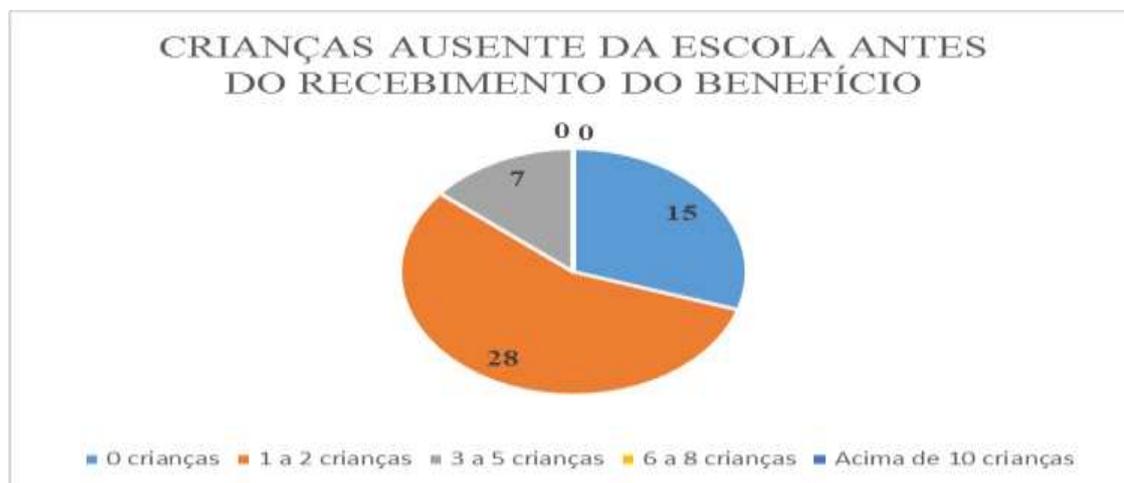
**Gráfico 14.** Da escolaridade



Fonte: Questionário/2015

Conforme apresentado no gráfico das famílias entrevistadas 25 pessoas possuem crianças matriculadas no ensino fundamental, pode-se observar ainda um número bem pequeno de crianças matriculadas nas creches. Contudo, dos entrevistados não houve registro de criança/adolescente fora da escola.

**Gráfico 15.** Das crianças que integram o grupo familiar, quantas estavam fora da escola antes do recebimento do benefício



Fonte: Questionário/2015

Ao analisar o gráfico acima verifica-se um alto índice de crianças fora das escola antes do recebimento do benefício. Este fato pode ser atribuído a iniciativa do Programa Bolsa Família que visa estimular a geração de renda e a permanência das crianças na escola, para criar condições de crescimento econômico e social a médio e longo prazo, contudo acredita-se que essa exigência do governo tem contribuído bastante de forma positiva para diminuir a evasão escolar.

**Gráfico 16.** Avaliação realizada pela responsável familiar em relação à situação financeira após o recebimento do benefício



Fonte: Questionário/2015

O gráfico mostra a avaliação realizada pela responsável familiar em relação a situação financeira após o recebimento do benefício, que nos mostra uma certa nivelamento no resultado, quando 19 pessoas informaram que a situação financeira melhorou e 17 pessoas informaram que não houve muitas mudanças, que a situação financeira continua a mesma.

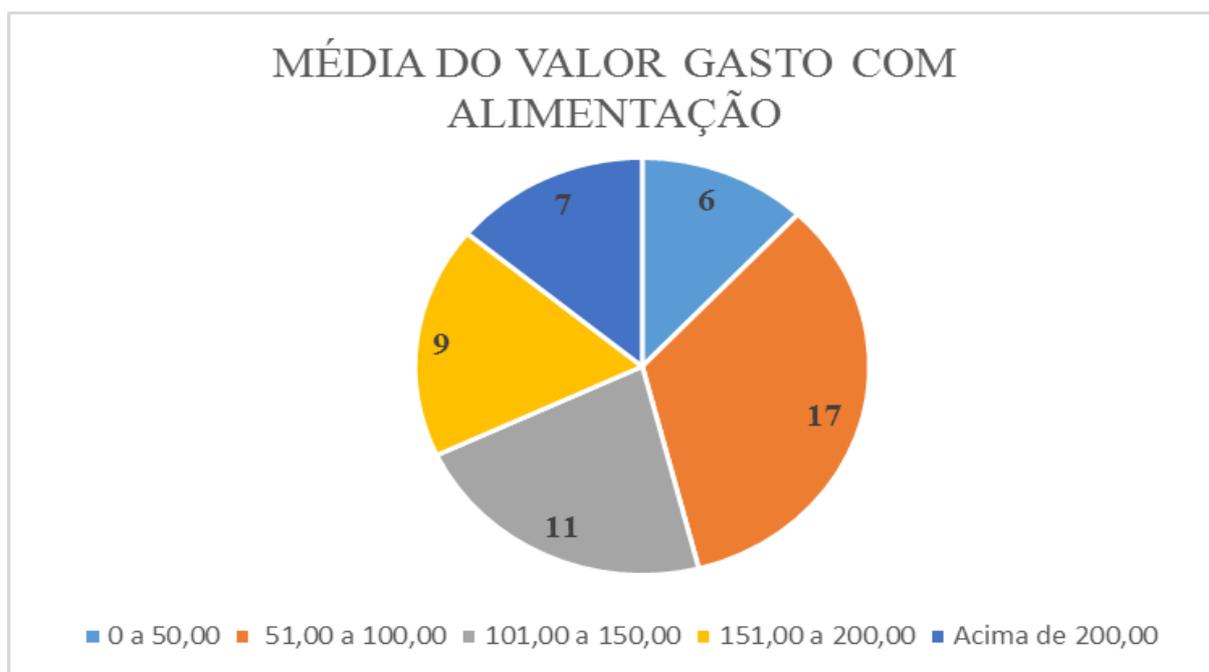
**Gráfico 17.** Avaliação da família quanto à necessidade de auxílio financeiro mesmo após o recebimento do benefício



Fonte: Questionário/2015

O gráfico acima mostra a avaliação da família quanto a necessidade de auxílio financeiro mesmo após o recebimento do benefício, revelando que a maior parte dos entrevistados 38 pessoas, informaram que mesmo recebendo o benefício a família ainda necessita de ajuda. A ajuda geralmente vem de familiares mais próximos, essa realidade acontece devido a numerosidade de pessoas na família, excedendo o número de pessoas de cobertura do programa, permanecendo ainda numa situação de pobreza.

**Gráfico 18.** Valores gastos com alimentação

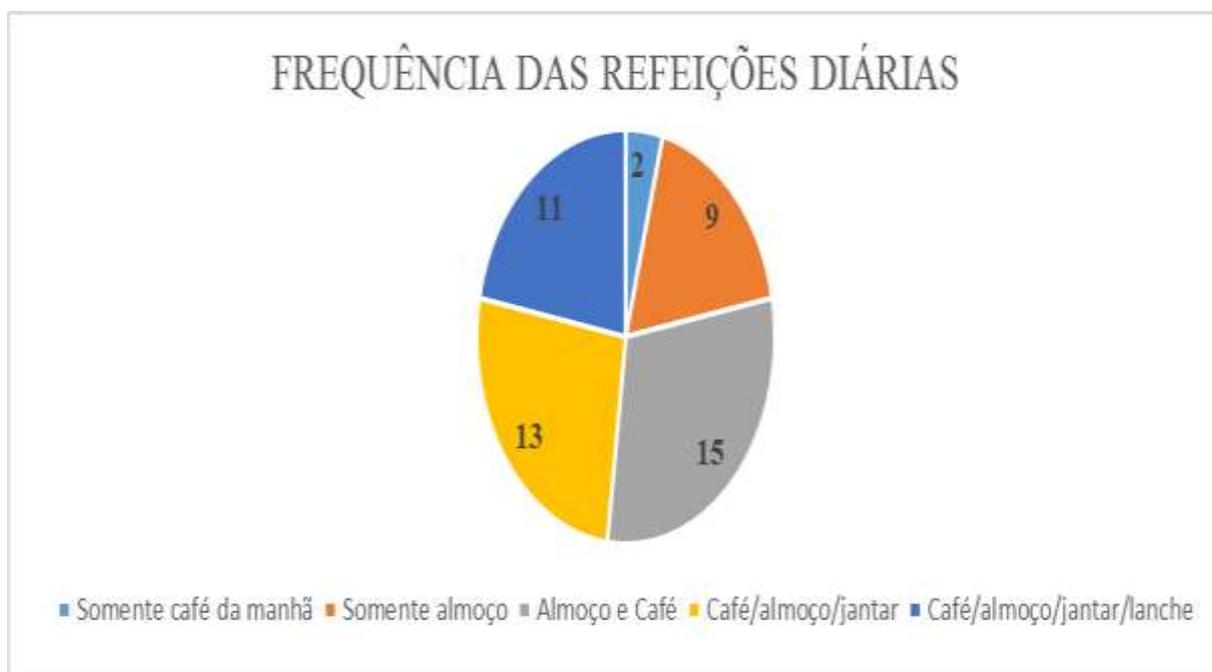


Fonte: Questionário/2015

Com relação aos gastos realizados com o benefício do programa Bolsa Família, selecionaram-se aqui somente dois itens de interesse para a pesquisa, que são gastos com alimentação e educação. Os dados estão apresentados de forma separada para melhor compreensão dos resultados.

Nos gastos relacionados com alimentação verifica-se no gráfico acima, que 17 pessoas responderam que gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, esse percentual refere-se a resposta da maior parcela dos entrevistados. Em seguida 11 pessoas responderam que gastam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00. Se se relacionar esse dado com os dados do gráfico 3.2.5 que o maior índice foi de 22 pessoas responderam que possui de 4 a 6 pessoas por domicílio, verifica-se um gasto por pessoa de R\$ 25,00 reais (100/4) por mês para ser gasto com alimentação. É evidente, que o valor é insuficiente para a sobrevivência digna de uma pessoa. Dessa forma trabalha-se a conscientização com estas famílias de que o benefício do Bolsa Família não é renda principal ou aposentadoria da família e sim uma renda complementar, a fim de amenizar de forma imediata a pobreza.

**Gráfico 19.** Frequência de alimentação da família ao dia

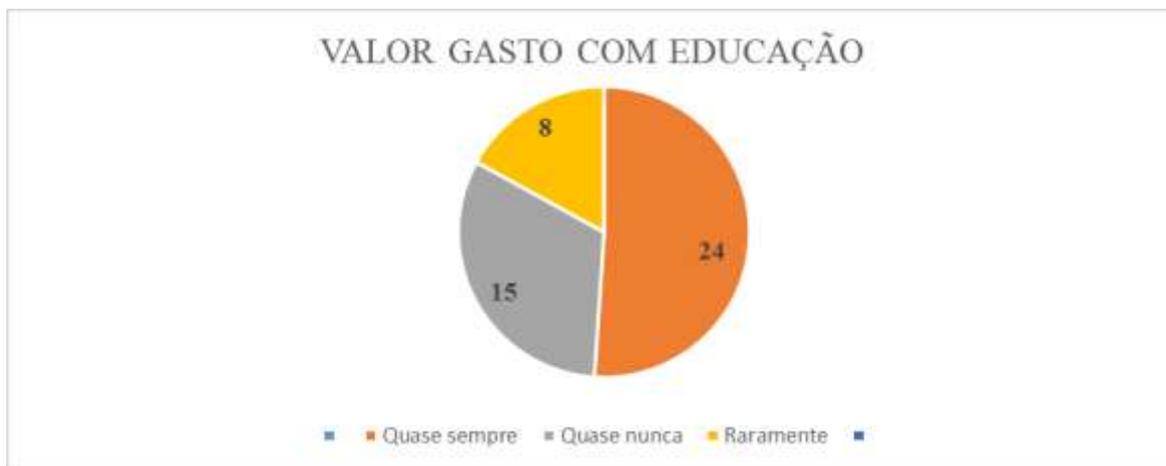


Fonte: Questionário/2015

Relacionando com o gráfico acima, no qual 11 pessoas responderam que fazem apenas 01 (uma) refeição diária (café da manhã), fato se justifica ao analisar o gráfico abaixo

(Motivo que a família encaminha o filho para a escola), observa-se que 7 pessoas informaram que o motivo principal de encaminhar o filho para escola, é para receber a alimentação diária.

**Gráfico 20.** Valor gasto com educação



Fonte: Questionário/2015

Percebe-se no gráfico, que o maior índice encontrado, é aquele em que 24 pessoas responderam que gasta até R\$ 50,00, com educação. Conclui-se que do valor recebido no benefício, ainda é muito pouco o gasto com alimentação e educação, pode-se atribuir o fato a outros gastos como vestimenta, remédios, produtos de higiene e limpeza, aluguel e contas de água e luz, afinal o benefício é da família e não somente da criança, o valor é para custear as necessidades básicas da família em geral.

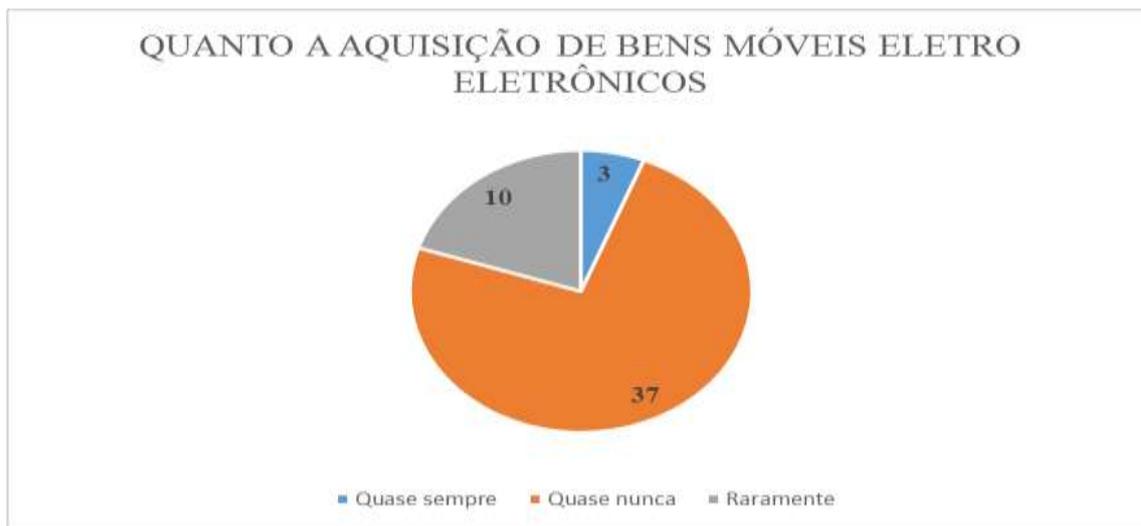
**Gráfico 21.** Valor gasto com saúde



Fonte: questionário/2015

Observa-se de acordo com o gráfico acima que os gastos estão diretamente ligados as necessidades mais básicas de alimentação e saúde, mesmo atendimento médico gratuito 46 pessoas responderam que acabam gastando com algum exame ou remédio.

**Gráfico 22.** Valor com aquisição de bens móveis, eletrodoméstico



Fonte: Questionário/2015

A aquisição de mobiliário e eletro eletrônicos ainda não é a prioridade nos gastos das famílias beneficiárias. Fator pode estar relacionado ao alto custo para a aquisição desses bens.

**Gráfico 23.** Valor com aquisição vestuário



Fonte: Questionário/2015

Enfatizando a análise anterior dos gráficos, este vem justificar mais uma vez a prioridade dos gastos com as necessidades básica imediatas, deixando para segundo planos as aquisições de bens móveis, eletro eletrônicos.

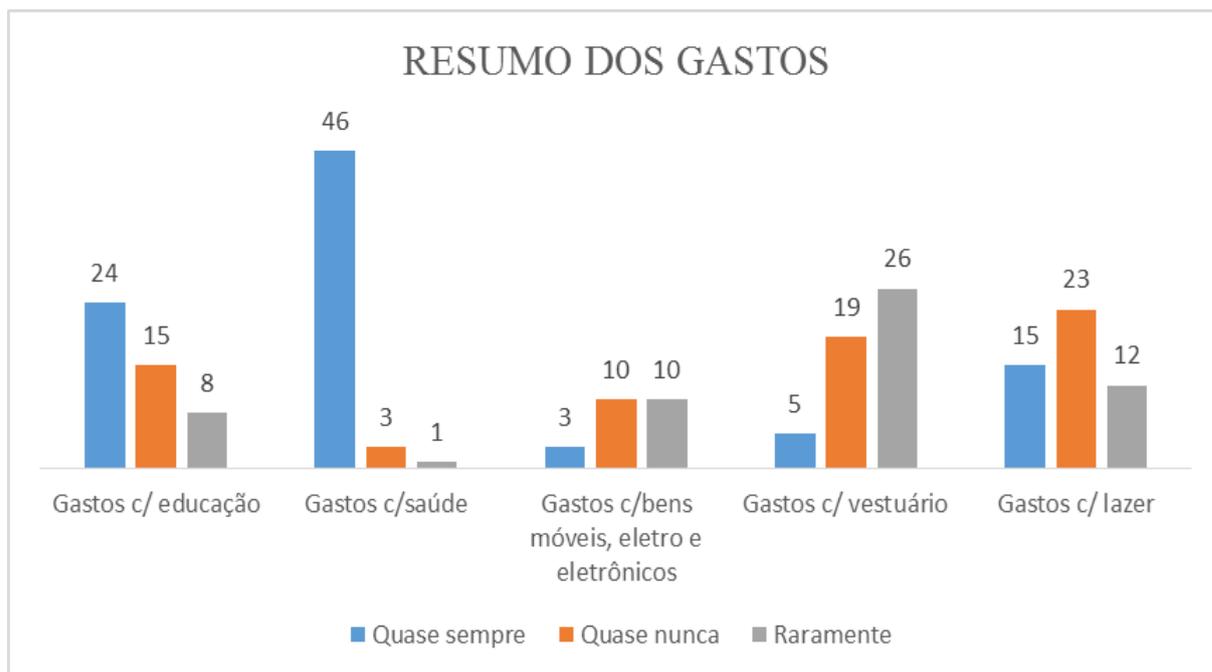
**Gráfico 24. Lazer**



Fonte: Questionário/2015

Observando o gráfico acima fica claro que poucas famílias, neste caso 12 pessoas, responderam que raramente gastam com momentos de lazer. Sabe-se que momento de lazer e necessário faz bem para o corpo e para mente, ou seja, de acordo com o conceito de saúde que se viu anteriormente a saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença. Não necessária tenha que se gastar para obter lazer, a população tem que se apoderar dos espaços e eventos públicos disponíveis no município, seria uma das alternativas.

**Gráfico 25.** Resumo dos gastos

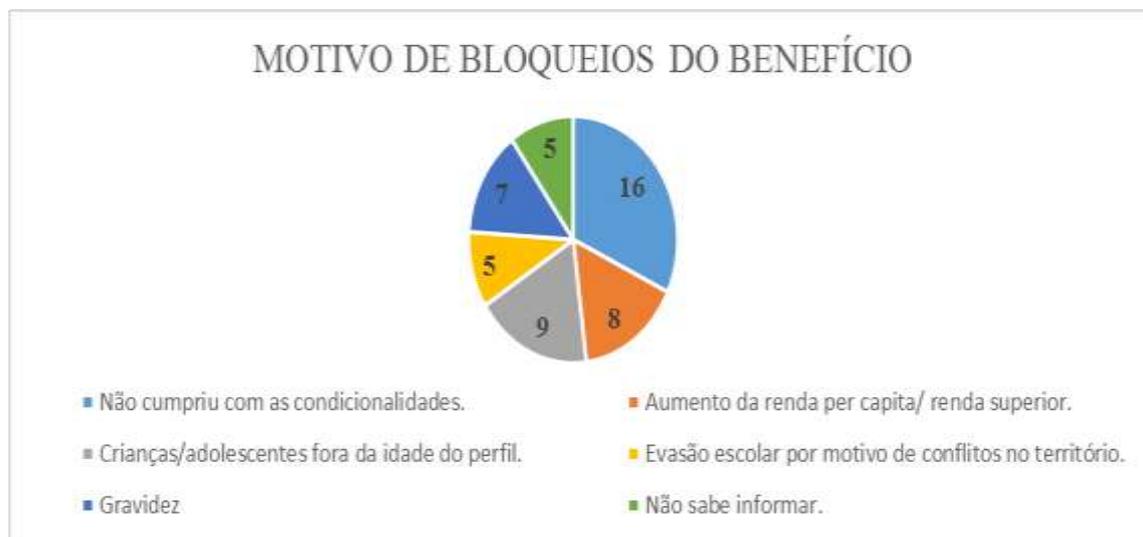


Fonte: Questionário/2015

Entre as famílias entrevistadas que recebem Bolsa Família, 46 pessoas informaram que empregam maior parte do recurso com a saúde, enquanto a educação vem em segundo lugar com 24 pessoas informaram que investem maior parte do valor recebido com educação. Em terceiro lugar vem o lazer ou passeios 15 pessoas informaram que mesmo o lazer acontecendo em espaços públicos gastam com lanches e doces para as crianças. Por fim ficou em último lugar os gastos com moveis e eletrodomésticos ou eletrônicos, 03 pessoas justificaram que ter acesso a esse bens se tornam difíceis pelo alto valor, não sendo possível adquirir a vista, e não ter credito para adquirir parcelado.

No que se refere à educação serão analisados questões relacionadas desta com o programa Bolsa Família. Sabe-se que a vinculação de transferência de renda a educação vem buscando romper com a visão paternalista, em contrapartida o beneficiário deve cumprir com as condicionalidades do programa.

**Gráfico 26.** Motivo do bloqueio do cartão



Fonte: Questionário/2015

O gráfico mostra que o maior índice de bloqueio do benefício é o descumprimento das condicionalidades, em que 16 pessoas responderam que realmente não realizaram o acompanhamento das condicionalidades, que é acompanhamento da frequência escolar, peso e medida, atualização do cadastro CADUNICO. Algumas famílias relataram que esquecem das datas de atualização do sistema, e que acabam aguardando a visita dos técnico do governo. Outro índice que vem crescendo neste último ano foi da evasão escolar por motivo de conflitos no território, que em alguns casos a escola não está situada no mesmo bairro da residência do beneficiário.

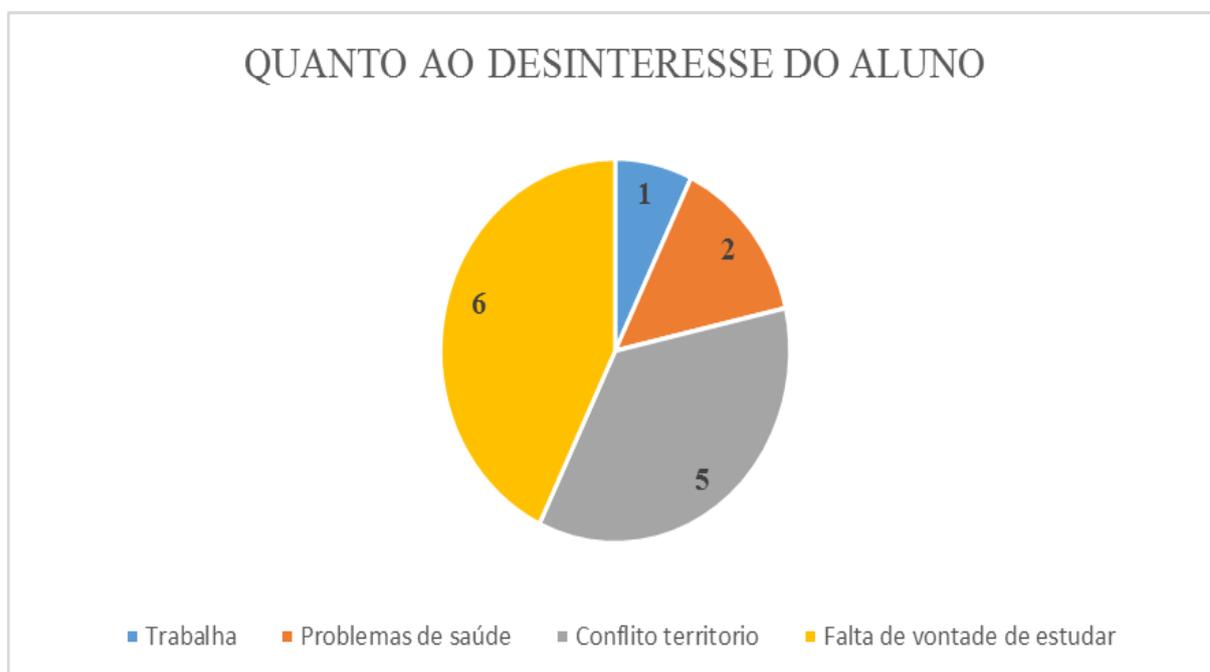
**Gráfico 27.** Em caso de descumprimento das condicionalidades da educação



Fonte: Questionário/2015

Verifica-se neste gráfico que, um dos maiores índices que contribuem para o descumprimento das condicionalidades são por motivos de doenças com respostas de 16 entrevistados. Essa condicionalidade referente a ausência do aluno a escola por motivo de doença, quando não justificada gera bloqueio no benefício. A condicionalidade pode ser justificada através de atestado médico. Em relatos percebe-se que as doenças geralmente são: cólicas menstruais, gripe e dor de cabeça.

**Gráfico 28.** Do desinteresse do aluno



Fonte: Questionário/2015

Este gráfico apresenta resultados preocupantes, quanto ao trabalho infantil, o município possui no geral 13 casos de trabalho infantil registrados e em acompanhamento. A pesquisa apresenta um desses casos, um índice preocupante em universo de pesquisados de 50 pessoas. Outro dado que desperta a atenção é o que diz respeito ao conflito de território, com 5 dos entrevistados responderam que não tem acesso a escola, hospitais, praças de outros bairros por conta do conflito entre gangue rivais. Esse dado leva a refletir sobre a falta de segurança no município.

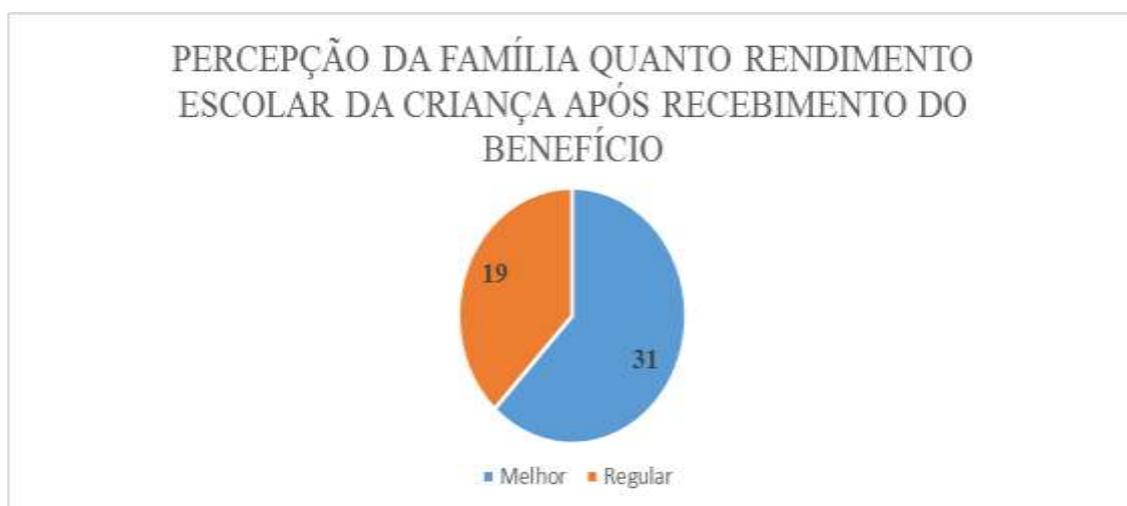
**Gráfico 29.** Motivo por que a família encaminha o filho para escola



Fonte: Questionário/2015

Em relação ao resultado do gráfico acima, 25 pessoas responderam que encaminham o filho para a escola para não perder o Bolsa Família, o resultado não surpreende, pois ainda existem famílias que entendem que as crianças devem trabalhar para ajudar na renda da família. Essa é uma problemática que as equipes do trabalho técnico social vem trabalhando diariamente, na conscientização e no trabalho de educação continuada, a fim de orientar a população da importância da formação educacional das crianças.

**Gráfico 30.** Percepção da família quanto ao rendimento da criança/adolescente após o recebimento do benefício



Fonte: Questionário/2015

Aqui tem-se que direta ou indiretamente o Programa Bolsa Família tem contribuído para o rendimento escolar, pois para receber o benefício precisam estar presente nas aulas.

De acordo com a análise de dados da PNAD, os índices apontam para melhorias entre os 20% do extrato social dos mais pobres nas duas últimas décadas. Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 1992 a 2014, mostra que entre os 20% mais pobres, que corresponde ao universo de beneficiários do Bolsa Família, houve melhora tanto no acesso como na adequação idade/série e no tempo de escolaridade.

**Gráfico 31.** Quanto ao acompanhamento



Fonte: Questionário/2015

Quanto ao acompanhamento escolar verifica-se com 43 das respostas sim, confirmam que a escola está realiza esse acompanhamento, através da busca ativa “alunos faltosos” como também na jornada ampliada “reforço escolar”. Esse trabalho acontece a fim de garantir melhor aprendizado do aluno. Nesse caso também se ressalta que é muito importante a contribuição da família em dedicar atenção ao rendimento dos filhos, e não deixar a responsabilidade somente para a escola.

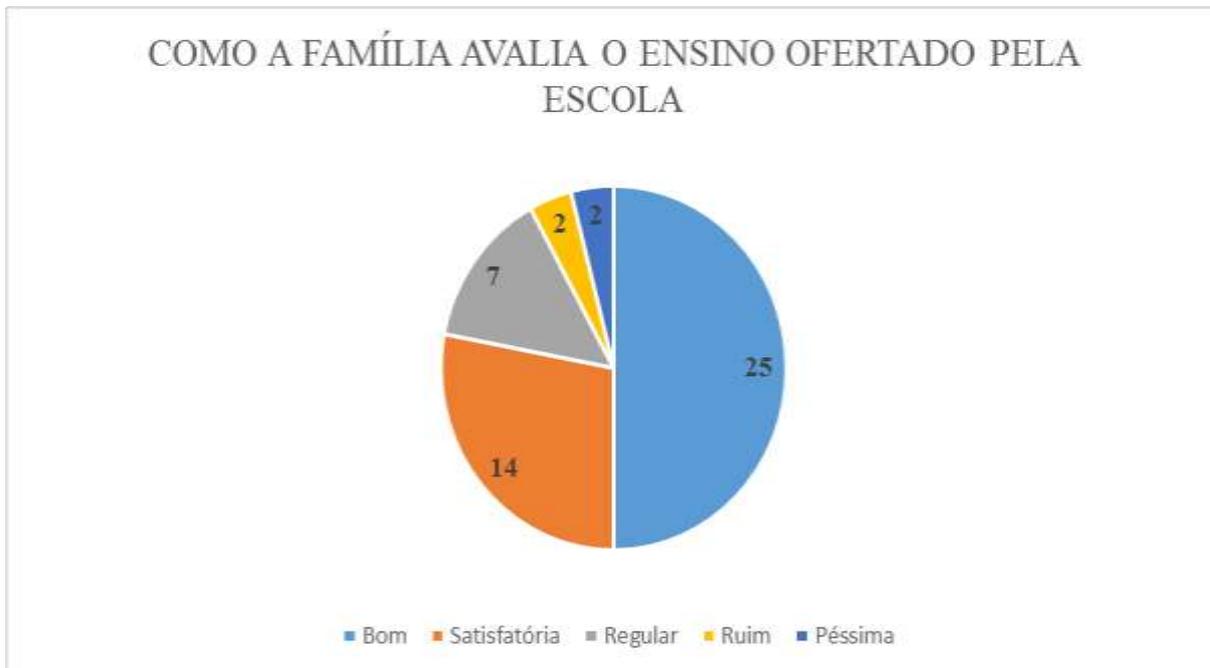
**Gráfico 32.** Quanto ao acompanhamento da família



Fonte: Questionário/2015

O acompanhamento familiar é extremamente importante nessa fase do desenvolvimento da criança e adolescente. De acordo com Klisksberg nos fala que “a organicidade da família, dos pais em dedicar algumas horas ao acompanhamento do filhos” (2002, p. 25), tem relação direta com o desempenho deste na escola. De acordo com as respostas obtidas, percebe-se ainda um número de baixo de famílias que se dedicam ao acompanhamento do filho, aqui somente 14 responderam que sim, que deixam seus filhos na escola, que acompanham as tarefas e comparecem as reuniões escolas. A escola constitui um espaço de cidadania onde a escola não se faz sozinha, e sim em conjunto com a família e a comunidade. A participação da família não melhora somente o desenvolvimento do aluno, como também a escola e o ambiente em que está inserida. É de grande importância que as famílias e a comunidade se façam participativos na escola, para que estas não caiam no abandono e o sucateamento.

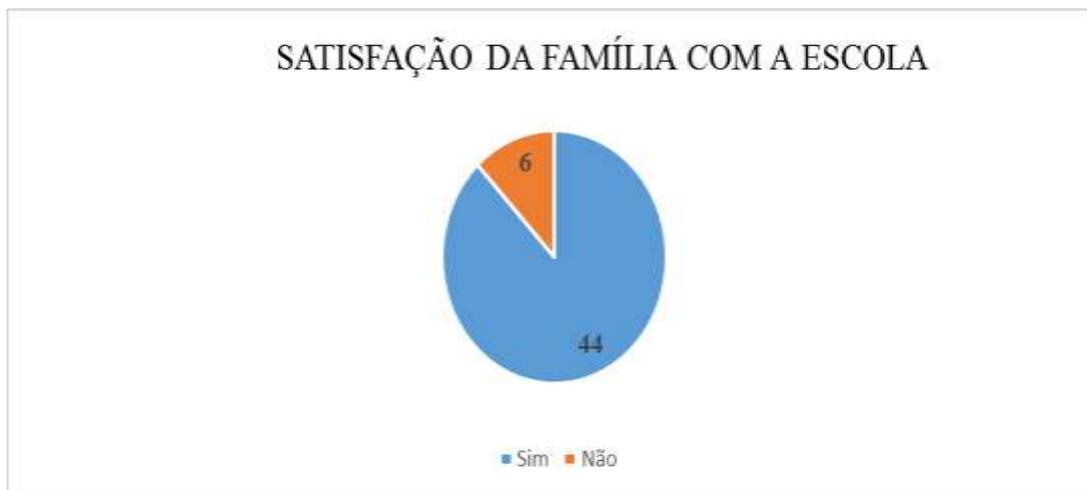
**Gráfico 33.** Como a família avalia a qualidade do ensino da escola no município na qual seu filho estuda



Fonte: Questionário/2015

De acordo com o gráfico acima este apresenta índices satisfatórios, 25 das famílias entrevistadas responderem muito bom, quanto a estrutura da escola em que o filho/a estuda, enquanto que 02 das famílias entrevistadas mostraram bastante insatisfeitas com a estrutura da escola.

**Gráfico 34.** Como a família avalia a escola no município na qual seu filho está matriculado

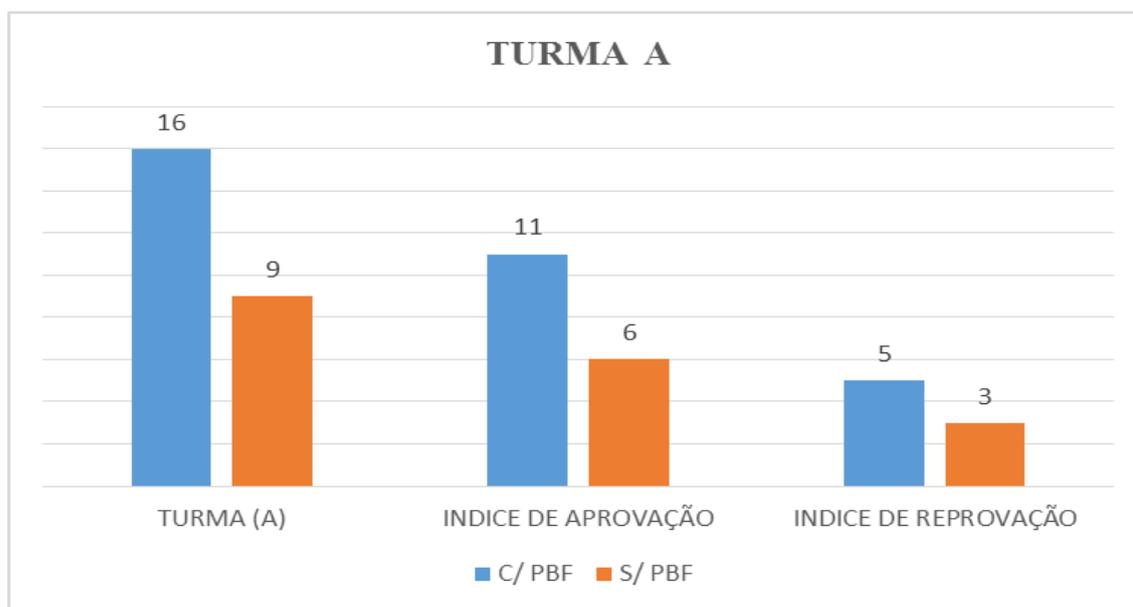


Fonte: Questionário/2015

Quanto ao gráfico acima destaca-se a satisfação das famílias quanto ao ensino, verificando-se 44 das famílias satisfeita com ensino.

A segunda etapa da pesquisa, consiste em analisar o rendimento escolar (notas, aprovação e reprovação). Para se obter a quantidade necessária para realização da pesquisa, trabalharam-se com 02 (duas) turmas de 5º e 6º ano do ensino fundamental. A primeira turma (A), e a segunda turma (B), cada turma com 25 alunos, totalizando 50 participantes.

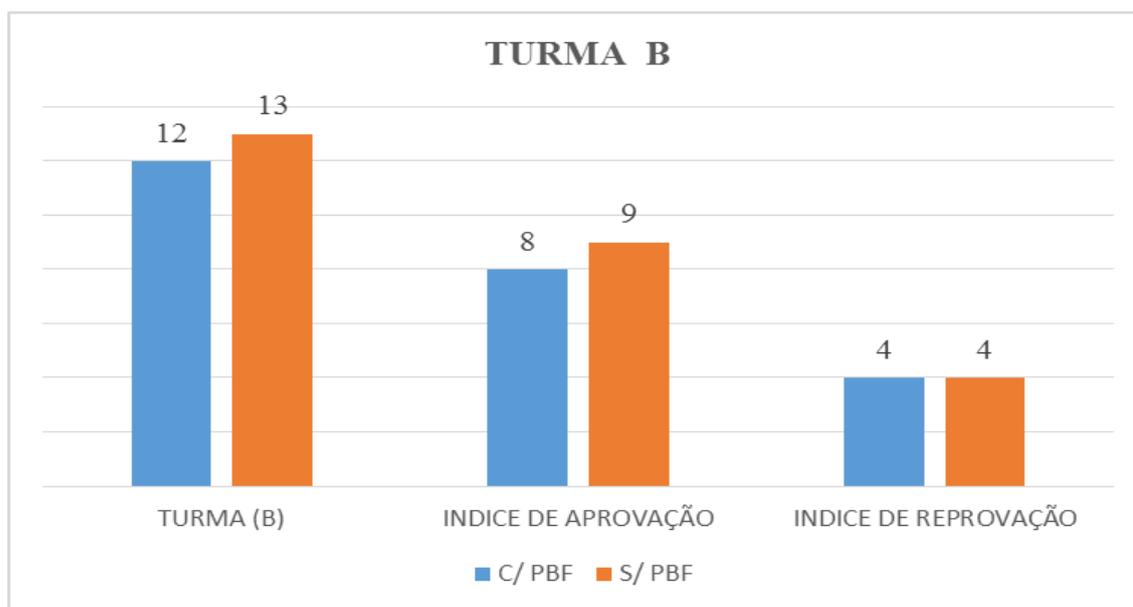
**Gráfico 35.** Avaliação da turma A - relação de alunos bolsistas e não bolsistas



Fonte: Questionário/2015

Quanto à aplicação dos questionários estes foram aplicados no ano de 2015. A primeira turma pesquisada, A mostra que dos 25 alunos participantes da pesquisa 16 são beneficiários do Programa Bolsa Família, das 16 crianças bolsistas 11 obtiveram aprovação no ano de 2014, sendo que 5 não obtiveram aprovação. Olhando para o gráfico rapidamente, tem-se a impressão de que o número de alunos bolsistas aprovados é consideravelmente maior que dos alunos aprovados não bolsistas, o que não é tão verdade assim. Ao analisar mais de perto, constata-se que a diferença é de somente 2 alunos bolsistas aprovados a mais em relação aos não bolsistas, o que mostra que não existe ainda uma superação, relativamente ainda não foi superior.

**Gráfico 36.** Avaliação da turma B - relação de alunos e não bolsistas



Fonte: Questionário/2015

Em relação a turma pesquisada, B também com 25 alunos, deste 12 são beneficiários do programa Bolsa Família e 13 são não bolsistas. Dos 12 alunos bolsistas, 8 obtiveram aprovação no ano de 2014, sendo que 4 não obtiveram aprovação. Ao fazer um comparativo entre os alunos bolsistas e não bolsistas nesta turma o resultado é relativamente equivalente.

Repasse crescentes de recursos públicos para executar as políticas públicas de assistência social tem gerado impacto na vida da população brasileira nesses últimos 10 anos. Com base nos dados apresentados, discutir-se-à sobre os resultados alcançados.

Nos últimos 10 anos de Bolsa Família tem se enfatizado o discurso que o fortalecimento das políticas públicas sociais tem apontado para queda da pobreza.

Segundo (Jannuzzi & Pinto, apud Martigoni, 2012)<sup>18</sup> “De fato a comparação do censo demográfico entre o ano de 2000 a 2010 revela que a extrema pobreza caiu 40% na zona rural e 37% no nordeste. A mortalidade infantil diminuiu mais de 55% no nordeste e 49% entre famílias da extrema pobreza”.

Este último capítulo apresenta os resultados acerca dos efeitos do programa Bolsa Família, sobre o aspecto de saúde, educação, trabalho, renda, consumo e perspectivas das famílias. Trata-se aqui de uma avaliação do programa no âmbito municipal. Como se vê no quadro 01 entre que entre o ano de 2013 a 2015 houve um crescimento de 3% da população e

<sup>18</sup> Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II, pag 179.

a redução do número de beneficiários de 2%. Esse número nos mostra que apesar do crescimento da população o número de beneficiário entre estes dois anos não aumentou, o resultado foi proporcionalmente inverso. Contudo, a maior parcela de beneficiários são os de menor renda de 0 a 77,00 R\$, fato preocupante, pois representa a maior parte dos beneficiários, que se houver a perda do benefício ou corte deste recurso, voltara para a condição de extrema pobreza imediatamente. Esse fato leva a refletir sobre se houve realmente a superação da extrema pobreza ou apenas camuflou temporariamente a pobreza, pois não há riqueza se não houver desenvolvimento humano, que é o conjunto amplo das condições de vida (saúde, educação, moradia, lazer, trabalho e renda).

Os quadros 4 e 5 mostram o índice de acompanhamento das famílias, que nesse quesito o índice de cobertura está positivo, em destaque a educação com maior índice de cobertura.

Essa confirmação se dá com o resultado do quadro seguinte 06, que mostra a queda do número de advertências, bloqueios e suspensões entre os anos de 2013 a 2016, sendo 100% de acompanhamento no ano de 2015.

Esse resultado já era esperado e só foi conseguido a partir do momento em que a gestão pública assumiu o compromisso com a sociedade, não só de oferecer somente ensino, mas que esse seja de qualidade, pois acredita-se que o futuro do nosso país está em uma boa educação.

O quadro 07 mostra que entre o ano de 2015 a 2016 também diminui o número de famílias dentro da regra de permanência. A regra de permanência é o período que a família continua recebendo o benefício mesmo após sai do perfil do programa. A regra de permanência geralmente é variável entre 1 a 2 anos de permanência. Neste item observa-se que no último ano esse número tem reduzido consideravelmente. Esse fato pode-se definir como positivo no que diz respeito ao acompanhamento da gestão, realizando visitas domiciliares, gerando relatórios sociais de prestação de contas para com o Ministério do Desenvolvimento Social-MDS, afim de manter nossa base de dados atualizada. Também já se sente que o ano de 2015 vem sofrendo uma redução, cortes de alguns repasses, como também uma certa agilidade em informar ou identificar famílias que estão fora do perfil. Esses são alguns fatores que estão relacionandos com a queda da regra de permanência.

Ao longo desta pesquisa uma agenda de aperfeiçoamentos foi cumprida para se chegar até os resultados aqui presentes. Com os resultados aqui alcançados pretende-se compartilhar com a sociedade, pois esta pesquisa pode interessar a um público variado como:

gestores municipais, estudantes, ONGs, movimentos sociais e sociedade em geral. A pesquisa serve para uma intensa reflexão que deve ser realizada de forma qualificada sobre suas conquistas e desafios.

As informações aqui disseminadas servirão de apoio a análise sobre o desenvolvimento do programa Bolsa Família no município de Sobral-CE.

Como apresentado na amostra anteriormente, quanto a faixa etária do titular do cartão, ou seja, a pessoa que possui a posse do cartão ou benefício, essa revela que maior parte do beneficiários entrevistados de 23 pessoas, possui idade de 19 a 30 anos. Idade que corresponde a vida adulta. Esse dado foi bastante satisfatório em mostrar que aos poucos vem reduzindo o número de famílias de adolescente e jovens que arcavam com a responsabilidades da família ainda na idade escolar, fato que impedia os mesmos a prosseguir com as atividades escolares, acarretando o abandono escolar. Destaca-se que somente 3 titulares com idade acima de 51 anos de idade, fato que demonstra que o benefício está concentrado em pessoas com faixa etária economicamente ativa.

Outro dados que desperta a atenção é quanto o sexo do titular do benefício, quase sua totalidade é de posse da mulher, com o resultado de 47 mulheres beneficiarias em um universo de 50 pesquisados. Esse fato se dá por uma indicação, regra do programa, até mesmo, por motivo de segurança com os gastos do benefícios. Entende-se que a mulher aplicara o valor recebido com as necessidades reais da família. Mesmo assim ainda nos dias de hoje ainda se recebe denuncia de gastos indevidos do benefícios, de pessoas que usam o benefício para comprar bebidas e drogas. Contudo entende-se que a mulher possui maior sensibilidade em prover as necessidades família, sendo assim 45 das entrevistadas afirmaram possuir a posse da administração dos gastos. Dentre esses pode-se citar a compra de gás de cozinha, complemento alimentar e medicamentos.

Dentre o público de beneficiários do programa Bolsa Família em sua maioria são de pessoas que não possui trabalho. Verifica-se que 22 pessoas dos entrevistados nos relataram que já trabalharam de carteira assinada, mas que hoje encontram-se desempregados. Alegam que a falta de oferta de trabalho, mas sabe-se que não é só isso, existe ai a ideia do comodismo. Ainda é muito difícil trabalhar o pensamento deste público, em entender que o benefício é provisório e não uma aposentadoria, que o benefício seria uma renda complementar e não a principal renda da família. Esse resultado leva a refletir mais uma vez sobre o que muito se fala que o Brasil está erradicando a pobreza. Será? Ou está maquiando a

extrema pobreza? Imagine-se o Brasil amanhã sem o benefício, milhões de família que não superaram a extrema pobreza.

Quanto ao tipo de ocupação profissional, dos entrevistados 5 são trabalham nas atividades do lar, 11 estão desempregados. Das profissões citadas (zeladora, servente, diarista, lavadeira, pedreiro, cabelereiro, manicure, costureira) em sua grande maioria, são profissões desenvolvidas de forma temporária, autônoma ou sem nenhum vínculo trabalhista, o que deixa a classe trabalhadora bastante vulnerável, ao desemprego. Muitas mulheres relataram que o mercado formal de trabalho é bastante exigente, se referem que são cobradas não apenas a escolaridade, bom desenvolvimento pessoal como também uma boa apresentação estética. Algumas gostariam de trabalhar como autônomas mas justificaram não possuir capital de giro para dá início as atividades. De fato muitas delas informaram que ser mãe e trabalhar como empregada é muito difícil, pois não sobra tempo para cuidar dos filhos e da casa. Enfim não é de hoje que mulheres tem que se desdobrar para dá conta de trabalho, casa e filhos. Com a crise financeira que as famílias vem sofrendo atualmente é necessário a renda complementar da mulher para garantia de um melhor sustento da família.

Dos entrevistados 24 pessoas informaram que são casados civilmente, quanto a este item, subtende-se que ainda é um valor abaixo do que se esperava, porém nos moldes atuais existe novos modelos de família, como exemplo mãe e filhos ou pai e filhos, avó e netos etc. Este resultando serve para mostrar que a figura da família tradicional vem sendo modificada no decorrer dos anos.

Quanto ao recebimento do benefício selecionaram-se alguns itens importantes para a análise, dentre eles chama-se a atenção quanto a distribuição do benefício, que dos entrevistados, 28 pessoas recebem o teto mínimo do benefício, o que significa que não dá condições para estas famílias terem suas vidas transformadas, ou seja superada a condição de pobreza como mostra o programa.

O período de recebimento do benefício é bem extenso. Dos entrevistados, 20 informaram que recebem desde 4 a 5 anos, porém o programa se estende até os 17 anos e 11 meses. O que significa que estas famílias não conseguem superar a extrema pobreza em que estão inseridos, ou seja, o programa por si só não garante mudança na vida dos seus beneficiários. Exemplo disso é o pouco que se vê ou se ouve de famílias devolverem o benefício por ter superado seu estado de pobreza.

O valor recebido é variável de acordo com o número de pessoas que moram no domicílio, dos nossos entrevistado 19 pessoas recebem o valor mínimo. Esse fato vem nos mostrar mais uma vez que não garante índices de mobilidade social as famílias.

A maior parte dos entrevistados residem na zona urbana do município 33 pessoas, o que se torna mais fácil o deslocamento para o acesso a escola aos postos de saúde e trabalho.

Quanto aos moldes das ocupações de moradia, pode-se destacar que no município de Sobral-CE ainda tem um grande volume de pessoas que residem em casa alugada, cedida ou coabitada com familiares. Na pesquisa verifica-se que 22 pessoas moram em casa alugada. Fato que se justifica devido à especulação imobiliária, onde Sobral-CE possui imóveis com preços elevadíssimos, o que dificulta a aquisição do imóvel próprio. Somente após o ano de 2011 foram disponibilizados as primeiras unidades habitacionais do município para pessoas de baixa renda, logo após em 2015 foram oferecidas um número bem maior de moradia pessoas de baixa renda 3.800 unidades habitacionais. O que ainda não inclui toda população, pois as unidades oferecidas são somente para pessoas de baixa renda, cuja renda familiar não ultrapasse a R\$1.800, ficando ai uma grande parte da população impedida de concorrer a uma unidade habitacional, não deixando outra opção a não ser a coabitação ou aluguel.

Dos entrevistados as famílias variam de 4 a 6 pessoas, o que ainda não e considerado uma família numerosa ou coabitação.

Vale destacar que destas 22 pessoas responderam que possuem de 1 a 3 crianças em idade escolar. Destas 25 estão inseridas no ensino fundamental. Porém também foi constatado na pesquisa que existia 28 famílias possuíam crianças ausente da escola antes de receber o benefício. Contudo percebe-se que este influência ou motiva fortemente a inserção das crianças na escola. De certa forma o benefício contribui mesmo que forçadamente a participação das crianças na escola.

Das famílias entrevistadas, 19 delas afirmaram que após o recebimento do benefício melhorou as condições de vida, porém não é suficiente 38 informaram que ainda existem necessidades básicas a serem supridas.

Quanto aos gastos um dos principais gastos citados foi com a alimentação 17 pessoas afirmaram que gastam de R\$ 51,00 a R\$100,00 com alimentação, destas 15 pessoas informaram que fazem duas refeições por dia em casa, o café e o almoço, resultado nada satisfatório, pois o mínimo são três refeições diárias. A falta de alimentação adequada acarreta retardo no desenvolvimento físico e intelectual das crianças. Em seguida há os gastos com educação onde 24 pessoas responderam que quase sempre gastam com educação, destes

aquisição de material escolar, exceto livros, foi o mais citado. Em terceiro lugar veem os gastos com a saúde onde 46 pessoas quase sempre gastam com saúde, destes informaram que necessitam comprar medicamentos não ofertados na farmácia pública. Quanto à aquisição de eletrônico ou bens móveis estes quase nunca adquirem, justificado pelo alto valor do bem. Os bens como celular, *Ipad* ou *Ipod*, *video games*, possuem alto custo, se tornando inacessível para muitos destas famílias. Quanto ao vestuário, também, 26 pessoas responderam que quase raramente compram roupas e sapatos, estas afirmaram realizar uma compra no final do ano, durante o ano costumam receber doações de roupas e sapatos de amigos ou parentes. Quanto ao lazer 23 responderam que quase nunca frequentam parques, circos, clube, *shopping* e viagens. De todos os gastos percebeu-se que o lazer ainda é uma realidade distante, por haver despesas com ingressos, deslocamentos, lanches etc.

Em resumo, observa-se mesmo com o recebimento do benefício a realidade destas famílias não conseguiu mudar nem mesmo parcialmente, o estado de bem estar social ainda é uma realidade um pouco distante, digo até mesmo no que diz respeito ao acesso a itens ou bens de necessidades básicas. O programa Bolsa Família contribuiu sim para a redução da extrema pobreza e promoveu a inclusão das pessoas vulneráveis as políticas públicas, no entanto esse foi o primeiro passo, ainda há muito o que ser feito para que haja mudança de verdade. Enfim, o programa Bolsa Família pode e deve alcançar novos patamares de garantia de direitos.

No caminho para o alcance dos resultados destaca-se, que 26 dos entrevistados informaram que o motivo do bloqueio do benefício foi descumprimento das condicionalidades, e que descumpriu ou faltou por 16 informaram que foi por motivo de doença. Esse bloqueio acontece somente quando não há justificativa médica. Quanto ao desinteresse do aluno 6 informaram que não gostam ou falta vontade de estudar.

Neste sentido cabe chamar a atenção para o fato de 25 dos entrevistados informarem que enviam seus filhos para escola somente para receber o benefício. É preocupante, constatar que a família não valoriza o ensino, que não almeja superação futura e sim somente satisfazer as necessidades momentâneas. Contudo, considera-se como positivo 31 dos entrevistados responderam que a situação financeira ficou melhor.

A intersectorialidade foi priorizada desde o início do Bolsa Família 43 das pessoas pesquisadas reconhecem que há acompanhamento dos profissionais da educação, no que diz respeito a busca ativa de alunos faltosos, nas aulas do contra turno etc. A assistência social também realiza busca ativa para conhecer a realidade dos alunos e realizar os devidos

encaminhamentos para os casos necessários. Quanto ao acompanhamento familiar 27 pessoas assumiram que raramente acompanham notas, reunião de pais e mestres, e que não realizam o acompanhamento desejado dos filhos. Porém a família 25 pessoas reconheceram que o trabalho realizado pela escola é muito bom, estando satisfeitos com a escola.

A proposta da pesquisa é conhecer os índices de aprovação e reprovação através do rendimento escolar. A primeira turma (A) pesquisada mostra que dos 25 alunos participantes da pesquisa 16 são beneficiários do Programa Bolsa Família, das 16 crianças bolsistas 11 obtiveram aprovação no ano de 2014, sendo que 5 não obtiveram aprovação. Olhando para o gráfico rapidamente, se tem a impressão de que o número de alunos bolsistas aprovados é consideravelmente maior que dos alunos aprovados não bolsistas, o que não é tão verdade assim. Ao analisar mais de perto, constata-se que a diferença é de somente 2 alunos bolsistas aprovados a mais em relação aos não bolsistas, e 2 alunos bolsistas reprovados a mais em relação a não bolsistas, o que mostra que não existe ainda uma superação, relativamente ainda não superou os alunos não bolsistas.

Em relação à turma (B) pesquisada, também, com 25 alunos, destes, 12 são beneficiários do programa Bolsa Família e 13 são não bolsistas. Dos 12 alunos bolsistas, 8 obtiveram aprovação no ano de 2014, sendo que 4 não obtiveram aprovação. Ao fazer um comparativo entre os alunos bolsistas e não bolsistas nesta turma o resultado é relativamente equivalente.

Os resultado da pesquisa mostram que melhorou a faixa etária dos chefes de família, mas que ainda o percentual de desempregados ainda é muito grande, que a renda adquirida melhorou mais ainda não dá para supri as necessidades básicas das famílias beneficiarias, que em sua grande maioria vive de casa alugada. Que as famílias priorizam gastos com alimentação, educação e saúde e reconhecem o trabalho de acompanhamento das políticas públicas como também reconhecem que deixam a reponsabilidade de acompanhar somente para a escola. O resultado mais deprimente é saber que estas famílias assumiram não ter perspectivas de crescimento educacional. Quanto ao índice de aprovação ainda não houve superação, apenas um nivelamento, o que não nos desanima, pois está bem perto de resultado positivo.

## CONCLUSÃO

Ao finalizar a presente dissertação destacam-se as considerações formuladas a partir do objetivo principal que norteou o seu desenvolvimento.

Entende-se como tema principal a educação e a Bolsa Família, em uma década de serviços, e como complemento os impactos que o benefício socioassistencial na educação.

Cabe destacar aqui o papel que vem ordenado pelo governo federal, estadual e municipal, com suas exigências e organização. Contudo entende-se que as transformações econômicas e sociais requer avanços, porém essas novas relações, organizações serão vistas a longo prazo, fruto dos resultados do avanços das políticas públicas.

Por sua vez essa mudanças já começaram a ocorrer, quando se pensa em novas estratégias para superação da extrema pobreza, impulsionando assim o desenvolvimento social.

Assim retoma-se a ideia central sobre o papel do Estado como responsável por este desenvolvimento, oferecendo alternativas para a superação das situações de vulnerabilidades, como também ofereça um conjunto de medidas que favoreçam a inclusão social.

Atribui-se a fragilidade das políticas públicas no Brasil (referencial teórico) amplo seguimentos da sociedade desprovidos de atendimento das suas necessidades básicas.

Ao reconhecer essa dívida social histórica, e com perspectiva de reconstruir a dignidade das pessoas que se encontram excluídas é que ao longo dos anos vem sendo criadas medidas para superação desta realidade, através de programa e projetos que promovam a inclusão social.

De fato se observar verificara que a partir do ano 2001 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, começa a ser implantado vários programas de transferência de renda, unificados e intensificados no ano 2204, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cujo o objetivo central do seu plano de governo é a erradicação da pobreza.

Considerando sua amplitude, o programa Bolsa Família, um programa de cunho nacional vem sendo alvo central de debates. Os críticos vem os programa como assistencialista. No entanto o programa mostrou durante toda a pesquisa que contribuiu para melhoria das condições de vida de muitos brasileiros como melhorou a economia em si, que ao injetar dinheiro na sociedade, essa circula a economia Brasil.

Em Sobral-CE as ações desenvolvidas pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate á Extrema Pobreza tem como foco principal trabalhar essas famílias cadastradas no

cadúnico, e que são beneficiárias do programa Bolsa Família. Projetos de inclusão produtiva, economia solidaria (projeto FIA), etc., são exemplos positivos, de que é possível transformar a vida das pessoas.

Diante do exposto, volta-se à questão inicial que norteou esta pesquisa que é de analisar dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

Após pesquisa bibliográfica e de campo, percebe-se que o programa alterou as condições de vida dos seus beneficiários, no qual nos revelaram que houve sim uma melhora considerável nos indicadores da saúde, educação e assistência social. Como também foi reconhecido pelo titular do benefício o empenho dos profissionais que executam as políticas públicas locais.

No entanto, as situações de vulnerabilidades sociais ainda são expressas nessas famílias, pois ainda existem necessidades básicas ainda não superadas. A questão da falta de oferta de trabalho é um dos mais preocupantes, esse fator é o que mais impede o desenvolvimento dessas famílias.

Outro fator que há de considerar aqui é baixo valor do repasse do benefício, não dá para promover a mudança da vida dessas pessoas.

Por sua vez o objetivo desse estudo foi permitir conhecer as necessidades das famílias entrevistadas e as considerações que se julgam importantes e que merecem ser analisadas além da análise realizada nesta pesquisa.

Não se pode deixar de enfatizar que as condicionalidades são importante mecanismo para a efetivação dos direitos sociais, no sentido de romper com o ciclo da pobreza. No entanto o programa deve avançar para além das condicionalidades já existentes, com programas que promovam sua emancipação e contribuam para crescimento dos sujeitos.

Outro ponto que não se pode deixar de lembrar é sobre a autonomia oferecida a estas famílias, que tem a liberdade de utilizar o benefício de acordo com suas necessidades. O benefício representa um importante mecanismo para o acesso aos bens de consumo, o que conseqüentemente o afasta das situações de vulnerabilidade, porém não é o suficiente para garantir uma excelente. Esta afirmação se dá por observar durante a pesquisa que o valor do benefício tem como prioridade de gastos com alimentação, educação e saúde.

No que se refere ao trabalho, o programa Bolsa Família, para muitos é visto como um programa que gera acomodados. No entanto pode se observar nesta pesquisa que o programa também promoveu a inclusão de crianças na escola, nos serviços de saúde e demais

políticas públicas. De certa forma gerou um impacto positivo, mesmo que tenha sido alcançado através das condicionalidades. O que de fato provoca a acomodação das pessoas e a falta de oportunidade de trabalho, emprego. No entanto, durante a pesquisa sentiu-se em diversas ocasiões que são necessários mais políticas de geração de emprego e renda, que capacite melhor essas pessoas para inseri-las nos mercado de trabalho, pois o Bolsa Família por si só não promove mudanças.

Apesar de reconhecer algumas falhas, entende-se também que esse é o primeiro passo de uma luta pelo combate a desigualdade no país. Garantia de direitos assegurado nas Leis, já é o início da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

O programa Bolsa Família hoje é reconhecido internacionalmente, ele representa uma história de superação de preconceitos, cuja opiniões são sempre desfavoráveis sobre o mesmo, ao invés de reconhecer que esse foi um passo muito importante para diminuir a desigualdade em nosso país.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, N. L. T. (1998). *Educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais: Serviço Social e a política pública de educação*. Rio de Janeiro: FSS/UERJ.
- Amaral, A. D. (2014). O papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria. In T. Campelo, T. Falcão & P. V. da Costa (Orgs.). *O Brasil sem miséria*. Brasília: MDS.
- Bueno, W. C. (2009). *Comunicação empresarial: políticas e estratégias*. São Paulo: Saraiva.
- Caderno Temático Trabalho (2008). 1ª Conferência Nacional de Juventude.
- Chala, D. C. B. (2011). *Impacto do Programa Bolsa Família na Educação*. UFPA.
- Chizzotti, A. (2001). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5ª edição. São Paulo: Cortez.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusão Social*. Lisboa: Ed. Gradiva.
- Demo, P. (1996). *Educar pela Pesquisa*. Campinas: Autores Associados.
- Di Giovanni, G. (1998). Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In M. A. de Oliveira (Org.). *Reformas do estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas (SP): UNICAMP. IE.
- Filho, A. E. & Guzzo, R. S. L. (2009). *Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, p. 20.
- Franco, M. A. R. S. (2003). *Pedagogia como ciência da educação*. Campinas: Papyrus.
- Gadotti, M. (2010). *Carta da terra*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gohn, M. da G. (2001). Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. Reprodução social, trabalho e serviço social. CFESS-ABESS-ABEPSS-CEAD-UNB. *Classes sociais e movimentos sociais*, p. 45.
- Iamamoto, M. V. (1999). O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In Centro de educação, aberta, continuada a distância. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD.
- Carvalho, R. (2005). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 18. ed. São Paulo: Cortez.
- Filho, J. P. M & Dalberio, O. (2006). *Desafios da Pesquisa – Franca: UNESP – FHDSS*.
- Kliksberg, B. (2002). *Desigualdade na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- Koche, J. C. (1997). *Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e pratica da pesquisa*. Petrópolis: Ed. Vozes, Ltda.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Martinelli, M. L. e Koumrouyan, E.(1994). Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social. *Serviço Social e Sociedade* n.º 45, ano XV, p.p 137-138.
- Meneses, M. P, (2007). Os Espaços criados pelas palavras – Racismos, Etnicidades e o encontro colonial. In N. Gomes (org). *Formação de professores e questão racial*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- Mocellin, R. (2004). *Compreender a História*. São Paulo: Ed. do Brasil.
- Mota, A. E, (2010). *O Feitiço da Ajuda: as determinações do serviço social na empresa*. 7 ed. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2004). *Marxismo impenitente*. São Paulo: Cortez.
- Norma Operacional Básica - NOB-SUAS, 2005

Eva Samara da Cruz Leal - Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

- Pires, A. (2013). Afinal, para que servem as condicionalidades em educação no Programa Bolsa Família. *Ensaio: avaliação da política pública Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, p.p 515-516.
- Rodrigues, M. L. P. (1998). Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.156.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
- Secretaria de Educação - SEDUC, 2013
- Silva. M. M. (2006). Seguridade Social mitificada sob o predomínio da transferência condicionada de renda. Senador Canedo: III Conferência Municipal de Assistência Social.
- Silva, M. O. & Lima, V. F. S. A. (2010). *Avaliando o Bolsa Família: Unificação, Focalização e Impactos*. São Paulo: Cortez.

### **Sites consultados**

- <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php> consulta 25/09/14 as 12:35hs
- <<http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/trabalho> consulta 23/03/2014 as 11:13hs
- <<http://www.ibge.gov.br/home/> consulta 04/07/2016 as 09:45hs
- <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124> consulta 23/03/14 as 13:26hs
- <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades> consulta 23/03/14 as 17:57hs
- <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta_do_Brasil) consulta 23/03/14 as 21:15hs
- <[http://agencia.fapesp.br/politicas\\_de\\_inclusao\\_atreladas\\_apenas\\_ao\\_vestibular\\_sao\\_insuficientes\\_aponta\\_pesquisador/18592/](http://agencia.fapesp.br/politicas_de_inclusao_atreladas_apenas_ao_vestibular_sao_insuficientes_aponta_pesquisador/18592/) consulta 27/03/2014 as 15:09hs
- <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704915-semiarido-cearense-tem-escolas-publicas-com-nivel-de> consulta 16/11/2015 as 09:40hs
- <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto> consulta 01/03/2016 as 14:19hs
- <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral\\_\(Cear%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobral_(Cear%C3%A1)) consulta 03/04/2016 as 22:03hs
- <<https://http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sobral-vira-modelo-nacional-de-gestao-imp-,1158465> consulta 04/04/2016 as 11:09hs
- <<http://blog.sobral.ce.gov.br/2014/02/primeiro-colegio-sobralense-de-tempo.html> consulta 03/03/2016 as 10:45hs
- <<http://blog.sobral.ce.gov.br/2015/03/combate-extrema-pobreza-e-tema-de.html> consulta 04/05/2016 as 12:13hs
- <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/novembro/bolsa-familia-integracao> consulta 16/10/2016 as 11:27hs

Eva Samara da Cruz Leal - Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

<<http://patty-lima07.blogspot.com.br/?view=timeslide> consulta 06/07/2016 as 15:09 hs

<<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php> consulta 09/02/2016 as 14:15 hs

Portal MEC

<<http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-e> consulta 15/09/2016 as 16:39 hs

<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,sobral-vira-modelo-nacional-de-gestao-imp-,1158465> consulta 17/09/2016 as 12:21hs

<<http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>> consulta 16/07/2016 as 09:22hs

### **Legislação consultada**

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1998

Decreto n.º 4.682 de 24 de janeiro de 1923

Lei de Diretrizes e Bases – LDB n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996

Lei municipal n.º 1196 de 07 de fevereiro de 2013

Lei n.º 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social de 07 de dezembro de 1993

Lei Plano municipal de educação n.º 1477 de 24 de junho de 2015

## **ANEXOS**

## ANEXO I. ROTEIRO QUESTIONÁRIO DA FAMÍLIA

Nome RF: \_\_\_\_\_

Membro da família \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

Serie: \_\_\_\_\_ Escola \_\_\_\_\_

1- Distribuição etária dos beneficiários do Programa Bolsa Família

1( ) 15 a 18anos

2( ) 19 a 30 anos

3( ) 31 a 40 anos

4( ) 41 a 50 anos

5( ) 51 anos acima

2- Distribuição por Sexo dos beneficiários do Programa Bolsa Família

1( ) masculino

2( ) feminino

3- Distribuição administração dos gastos

1( ) esposa

2( ) marido

3( ) outros:avó

4- Distribuição quanto a tipologia do trabalho

1( ) trabalhou CLT

2( ) trabalho informal

3( ) nunca trabalhou

5- Quanto aos tipos de ocupação

1- ( ) do lar,

2- ( ) desempregado

3- ( ) aux. De produção

4- ( ) servente

5- ( ) diarista

6- ( ) empregada doméstica

7- ( ) zeladora

8- ( ) frentista

9- ( ) agricultor

10- ( ) cozinheira

11- ( ) lavadeira

12- ( ) jardineiro

13- ( ) costureira

14- ( ) manicure

15- ( ) motorista

16- ( ) pedreiro

17- ( ) cabelereiro

6- Distribuição por estado civil dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

1( ) solteiro

2( ) Casado

3( ) Separado

4( ) viúva

7- Distribuição de renda

1( ) 0 a 77,00

2( ) 77 a 154,00

3( ) 154,00 a ½ sm

4( ) outros

8- Período de recebimento do benefício

1( ) 1 a 3 anos

2( ) 4 a 5 anos

3( ) 6 a 10 anos

4( ) acima de 10 anos

9- Valor do benefício recebido

1( ) 0,00 a 50,00

2( ) 50,00 a 100,00

3( ) 100,00 a 200,00

4( ) 200,00 acima

10- Local de moradia

1( ) zona urbana

2( ) zona rural

11- Distribuição por Tipo de moradia dos beneficiários do Programa Bolsa Família

1( ) própria

2( ) alugada

3( ) cedida

4( ) coabitada

12- Quantidade de moradores por domicílio

1( ) 1 a 3 pessoas

2( ) 4 a 6 pessoas

3( ) 7 a 10 pessoas

4( ) acima de 10 pessoas

13- Quantidade de moradores por domicílio em idade escolar

1( ) 1 a 3 pessoas

2( ) 3 a 5 pessoas

3( ) 5 a 7 pessoas

14- Da escolaridade

- 1( ) creche
- 2( ) infantil
- 3( ) Ens. Fundamental
- 4( ) Ens. Médio

15-Das crianças que integram o grupo familiar, quantas estavam fora da escola antes do recebimento do benefício.

- 1( ) 0 crianças
- 2( ) 1 a 2 crianças
- 3( ) 3 a 5 crianças
- 4( ) 6 a 8 crianças
- 5( ) acima de 10 crianças

16 Avaliação realizada pela responsável familiar em relação a situação financeira após o recebimento do benefício

- 1-( ) muito melhor
- 2-( ) melhor
- 3-( ) a mesma
- 4-( ) pior
- 5-( ) muito pior

17 Avaliação da família quanto a necessidade de auxílio financeiro mesmo após o recebimento do benefício.

- 1-( ) sim
- 2-( ) não

18 Valores gastos com alimentação

- 1-( ) 0,00 a 50,00
- 2-( ) 51,00 a 100,00
- 3-( ) 101,00 a 200,00
- 4-( ) 200,00 acima

19 Frequência de alimentação da família ao dia.

- 1( ) somente café da manhã
- 2( ) somente almoço
- 3( ) café/almoço/jantar
- 4( ) café/almoço/jantar/lanche

20 gasto com educação.

- 1( ) quase sempre
- 2( ) quase nunca
- 3( ) raramente

21 Valor gasto com saúde.

A- gasto com saúde.

- 1( ) quase sempre
- 2( ) quase nunca
- 3( ) raramente

22 aquisição de bens móveis, eletro doméstico

- 1( ) quase sempre
- 2( ) quase nunca
- 3( ) raramente

23 aquisição vestuário.

- 1( ) quase sempre
- 2( ) quase nunca
- 3( ) raramente

24 lazer

- 1( ) quase sempre
- 2( ) quase nunca
- 3( ) raramente

25 resumo dos gastos

26 Motivo do bloqueio do cartão

- 1( ) Não cumpriu com as condicionalidades.
- 2-( ) Aumento da renda per capita/ renda superior.
- 3-( ) Crianças/adolescentes fora da idade do perfil.
- 4-( ) Evasão escolar por motivo de conflitos no território.
- 5-( ) Gravidez
- 6-( ) Não sabe informar.

27 -Em caso de descumprimento das condicionalidades da educação

- 1-( )Desinteresse do aluno
- 2-( )Desinteresse da família
- 3-( )Motivo de doença
- 4-( )Suspensão escolar
- 5-( )Não respondeu a chamada
- 6-( )Não sabe informar

16 Do desinteresse do aluno

- 1-( )Trabalha
- 2-( )Problemas de saúde
- 3-( )Conflito território
- 4-( )Falta de vontade de estudar

29 Motivo por que a família encaminha o filho para escola

- 1-( )É importante para formação escolar
- 2-( )Porque é cobrado pelas instituições
- 3-( )governamentais
- 4-( )Para ter refeição diária
- 5-( )Para receber o PBF
- 6-( )Para ter tempo livre

30 Percepção da família quanto ao rendimento da criança/adolescente após o recebimento do benefício

- 1-( )Melhor
- 2-( )Regular

31 Quanto ao acompanhamento

- 1-( )Sim
- 2-( )Não

31 Quanto ao acompanhamento da família.

- 1-(  ) Sim, com frequência
- 2-(  ) Não, raramente
- 3-(  ) eventualmente

32 Como a família avalia a qualidade do ensino da escola no município na qual seu filho estuda.

- 1-(  ) Bom
- 2-(  ) Satisfatória
- 3-(  ) Regular
- 4-(  ) Ruim
- 5-(  ) Péssima

33 Como a família avalia a escola no município na qual seu filho está matriculado.

- 1-(  ) Sim
- 2-(  ) Não

## ANEXO II. ROTEIRO DA CASA DA AVALIAÇÃO

50 ALUNOS

Total de alunos na turma 1_____ Serie_____						
Quantos recebem PBF_____						
Quantos não recebem PBF_____						
Aluno	Média aprovação 2013	Média aprovação 2014	Repetência 2013		Repetência 2014	
			sim	não	sim	não

### **ANEXO III. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Bolsa Família, uma década de serviços: Análise dos impactos causados pelo benefício socioassistencial na educação do município de Sobral-CE.

Eu, \_\_\_\_\_ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

O(a) pesquisador(a), manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pelo(a) mestrando(a) ***Eva Samara da Cruz Leal***, aluno(a) do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, da sua Escola de Educação, Administração e Ciências Sociais e orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Fulano(a) de Tal.

Fui informado(a) que posso indagar o(a) pesquisador(a) se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: (            ) \_\_\_\_\_, endereço:

\_\_\_\_\_ e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pelo(a) pesquisador(a) e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisador(a) Mestrando(a)a  
Seu Nome

Orientador Científico  
Professor(a) Doutor(a)